

Universidades Lusíada

Sousa, Guilherme Manuel Rodrigues de

**Arquitetura flexível e evolutiva como resposta
à migração : o papel da arquitetura perante o
habitar intercultural**

<http://hdl.handle.net/11067/8201>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

De acordo com as Nações Unidas, estima-se que cada vez mais pessoas vivam num país diferente daquele em que nasceram. A organização estima que em 2017 o número de migrantes terá alcançado os 258 milhões, comparado com os cerca de 173 milhões em 2000. À medida que o mundo testemunha um aumento nos deslocamentos populacionais, impulsionados por variados fatores como conflitos armados, alterações climáticas, pobreza económica e ambiental, ou seja, na procura por melhores condições de vida, torna-se...

According to the United Nations, it is estimated that more and more people are living in a country different from the one where they were born. The organization estimates that, in 2017, the number of migrants reached 258 million, compared to approximately 173 million in 2000. As the world witnesses an increase in population movements driven by various factors such as armed conflicts, climate change, economic and environmental poverty, and the search for better living conditions, it becomes impera...

Palavras Chave

Arquitetura, Migração, Habitação

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

no

Coleções

[ULF-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T01:05:08Z com
informação proveniente do Repositório



Orientador: Professor Doutor Rogério Amoêda

ARQUITETURA FLEXÍVEL E EVOLUTIVA COMO RESPOSTA À MIGRAÇÃO
O papel da arquitetura perante o habitar intercultural

Guilherme Manuel Rodrigues de Sousa



Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitectura
pela Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão

FAA - Faculdade de Arquitectura e Artes

Novembro de 2024

ARQUITETURA FLEXÍVEL E EVOLUTIVA COMO RESPOSTA À MIGRAÇÃO: O papel da arquitetura perante o habitar intercultural
Guilherme Manuel Rodrigues de Sousa

2023
2024



UNIVERSIDADE LUSÍADA
VILA NOVA DE FAMALICÃO

**ARQUITETURA FLEXÍVEL E EVOLUTIVA COMO
RESPOSTA À MIGRAÇÃO**

**O PAPEL DA ARQUITETURA PERANTE O HABITAR
INTERCULTURAL**

Guilherme Manuel Rodrigues de Sousa

Orientador: Prof. Doutor Rogério Amoêda

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

AVISO LEGAL

O conteúdo desta tese reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta tese pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta tese, o/a autor(a) declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção referências. O autor, declara, ainda, que não divulga na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Declaração sob compromisso de honra

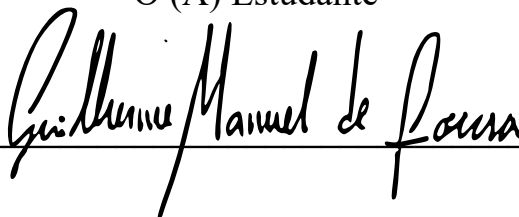
(Artigo 6.º, n.º 2 das Normas e orientações para a submissão de trabalhos académicos na plataforma Urkund para deteção de similaridade e plágio)

Eu, abaixo assinado, tenho consciência de que a prática de plágio consiste numa forma de violação da integridade académica, constituindo um crime punível por lei com relevância nos regimes disciplinar, civil e criminal.

Nesse sentido, declaro por minha honra que a dissertação apresentada é original e que todas as fontes, incluindo as da minha autoria, estão devidamente identificadas e referenciadas.

Vila Nova de Famalicão, 28 de novembro de 2024

O (A) Estudante



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer esta dissertação às seguintes pessoas:

Aos meus pais, Sónia e Paulo;

Ao meu irmão, Gabriel;

Aos meus avós e tios;

Aos meus amigos;

Aos meus colegas de curso;

Aos meus professores;

Ao meu orientador;

Sou grato a todos eles que fizeram com que este momento fosse possível.

Obrigado.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ACRÓNIMOS	XV
RESUMO	XVII
PALAVRAS-CHAVE	XVIII
ABSTRACT	XIX
KEYWORDS	XX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – AS MIGRAÇÕES	5
1.1. Motivos do aumento das migrações	7
1.2. Consequências do aumento das migrações	8
1.3. Política de migração na Europa	10
1.4. Política de migração em Portugal	11
1.5. Habitação para migrantes em Portugal	15
CAPÍTULO 2 – A HABITAÇÃO PERANTE A MULTICULTURALIDADE	17
2.1. Panorama da multiculturalidade na habitação	19
2.2. Experiências efetuadas	20
2.3. Habitação genérica	22
2.4. Habitação específica	24
2.5. Habitação adaptável	29
2.6. O impacto dos diferentes tipos de habitação	35
CAPÍTULO 3 – AS CULTURAS	37
3.1. Modo de viver nas diferentes culturas	39
3.1.1. Cultura hindu	39
3.1.2. Cultura islâmica	40

3.1.3. Cultura chinesa	41
3.2. Influência do modo de viver nas habitações	42
3.2.1. Habitação na cultura hindu	42
3.2.2. Habitação na cultura islâmica	44
3.2.3. Habitação na cultura chinesa	46
3.3. Discussão dos dados obtidos	51
CAPÍTULO 4 – CASO DE ESTUDO	55
4.1. O Bairro	57
4.1.1. Conceito e objetivos	58
4.1.2. Composição	58
4.2. Os edifícios de habitação	62
4.2.1. Sistema construtivo e materialidade	62
4.2.2. Os acessos	64
4.3. As habitações	65
4.3.1. Os módulos habitacionais	65
4.3.2. Flexibilidade e evolutividade	66
4.4. Plantas habitacionais	69
4.4.1. Planta da habitação hindu	69
4.4.2. Planta da habitação muçulmana	70
4.4.3. Planta da habitação chinesa	71
4.5. O edifício	72
CONCLUSÕES	75
REFERÊNCIAS	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Saldo migratório e componentes, Portugal, 2012-2023 (Instituto Nacional de Estatística, 2024).	13
Figura 2 - Evolução de estrangeiros residentes em Portugal (AIMA, 2024).	13
Figura 3 - Comparação entre o modelo atual de Barcelona e o modelo "Superilles" (Super-blocos).	21
Figura 4 - Maqueta do Bairro Bijlmermeer, por Siegfried Nassuth (1965).	21
Figura 5 - Vista aérea do Bairro Bijlmermeer.	22
Figura 6 - Imagens exteriores do Templo Hindu e Centro Comunitário de Minnesota.	25
Figura 7 - Imagem exterior do bairro Schilderswijk, fotografia de Duccio Malagamba.	26
Figura 8 - Fachada do bairro Schilderswijk, fotografia de Peter de Ruig (1988).	26
Figura 9 - Axonometrias dos acessos às habitações.	27
Figura 10 - Desenhos gráficos do edifício Schilderswijk.	27
Figura 11 - Plantas de diferentes habitações do edifício Schilderswijk.	28
Figura 12 - Imagem exterior Edifício Next21.	30
Figura 13 - Esquema do “Preenchimento do Esqueleto” do Edifício Next21, adaptado de “The Council on Open Building”.	31
Figura 14 - Esquema do Sistema Construtivo do Edifício Next21, adaptado de The Council on Open Building.	31
Figura 15 - Interior de uma <i>Diagoon House</i> (Iconic Houses, 2022).	32
Figura 16 – Perspetiva de corte de uma <i>Diagoon House</i> . (Hertzberger, 2016).	32
Figura 17 - Imagem exterior dos Edifícios Sketchblock, de Open Building.	33

Figura 18 - Plantas de primeiro e segundo piso (respetivamente) de um edifício Sketchblock de Open Building.	33
Figura 19 - Esquemas da flexibilidade da disposição espacial dos edifícios Sketchblock, adaptado de Open Building.	34
Figura 20 - Esquemas da flexifilidade das fachadas dos edifícios Sketchblock, adaptado de Open Building.	34
Figura 21 - Esquema de distribuição dos espaços em função do Vastu Shastra, adaptado de Vaastu International.	43
Figura 22 - Exterior e interior de uma mashrabiya.	45
Figura 23 - Exemplo de muqarana.	45
Figura 24 - Axonometria esquemática de uma siheyuan, adaptada de China Highlights.	46
Figura 25 - Planta esquemática de uma siheyuan, adaptada de AIA.	47
Figura 26 - Fotografias do exterior e interior de um tulou (respetivamente).	48
Figura 27 - Axonometria e planta esquemática de um tulou, adaptadas de Senses Atlas.	47
Figura 28 - Mapa Bagua Feng Shui, adaptado de Creative Feng Shui.	49
Figura 29 - Localização da zona de intervenção do caso de estudo.	57
Figura 30 - Planta geral de intervenção do bairro.	59
Figura 31 - Axonometria do bairro.	60
Figura 32 - Perfil poente do bairro.	60
Figura 33 - Planta de funcionalidades do bairro.	61
Figura 34 - Corte longitudinal e transversal (respetivamente).	63

Figura 35 - Planta esquemática dos acessos verticais e horizontais dos pisos habitacionais.	64
Figura 36 - Acessos verticais no alçado poente.	64
Figura 37 - Módulos dos cômodos.	66
Figura 38 - Possível posicionamento dos módulos dos cômodos.	66
Figura 39 - Diferentes morfologias que podem ser adotadas pelas habitações.	67
Figura 40 - Exemplo de uma possível evolução da habitação.	68
Figura 41 - Organigrama funcional da habitação da cultura hindu.	69
Figura 42 – Exemplo de planta da habitação hindu.	69
Figura 43 - Organigrama funcional da habitação da cultura muçulmana.	70
Figura 44 - Exemplo de planta da habitação muçulmana.	70
Figura 45 - Organigrama funcional da habitação da cultura chinesa.	71
Figura 46 - Exemplo de planta da habitação chinesa.	72
Figura 47 - Imagem de um possível edifício intercultural.	72
Figura 48 - Imagem de um possível edifício intercultural.	73
Figura 49 - Imagem de um possível edifício intercultural.	73
Figura 50 - Imagem de um possível edifício intercultural.	74

ACRÓNIMOS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo

IEP – Institute for Economics & Peace

INE – Instituto Nacional de Estatística

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SEF/GEPE – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras / Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação

RESUMO

De acordo com as Nações Unidas, estima-se que cada vez mais pessoas vivam num país diferente daquele em que nasceram. A organização estima que em 2017 o número de migrantes terá alcançado os 258 milhões, comparado com os cerca de 173 milhões em 2000.

À medida que o mundo testemunha um aumento nos deslocamentos populacionais, impulsionados por variados fatores como conflitos armados, alterações climáticas, pobreza económica e ambiental, ou seja, na procura por melhores condições de vida, torna-se imperativo que a arquitetura possa oferecer soluções habitacionais que promovam a inclusividade cultural, de modo a criar comunidades multi e interculturais.

Neste quadro, a adequação do espaço habitacional a diferentes modos de habitar assume uma relevância crucial diante dos desafios impostos pelos movimentos de migração, refletindo uma abordagem progressista e sensível às necessidades das comunidades em transição.

O estudo pretende contribuir para o desenvolvimento de diretrizes e práticas no projeto da habitação que orientem a criação de espaços habitacionais recetivos à apropriação por comunidades em movimento. A integração de soluções flexíveis e sustentáveis não responde apenas às necessidades imediatas das comunidades migrantes, mas também se antecipa às mudanças futuras, contribuindo para a construção de ambientes contruídos mais resilientes.

Assim sendo, o principal objetivo do estudo foca-se na criação de um modelo habitacional que seja flexível e evolutivo, de modo a responder aos diferentes significados do habitar transportados por cada cultura. Neste contexto, assume particular relevância a colaboração interdisciplinar na abordagem desta temática. A interseção entre arquitetura, antropologia, sociologia e planeamento urbano e rural, evidencia a complexidade das questões relacionadas com a integração do modo de habitar das várias comunidades migrantes num único espaço multicultural e que se deseja, por consequência, um espaço intercultural e não discriminatório.

O estudo em curso, avança no sentido de propor um modelo habitacional plurifamiliar que conjuga a regra imposta pelo sistema estrutural e pela localização das infraestruturas, com uma planta livre que possa ser apropriada em função dos diferentes modos de habitar.

Como referências culturais, tomam-se os migrantes hindus, islâmicos e chineses, tendo em conta a forte presença destas em Portugal, analisando os elementos formais, dimensionais e funcionais que estruturam as tipologias tradicionais de habitação dessas comunidades.

O estudo foi concluído com a realização de um caso de estudo capaz de responder às questões apresentadas, resultando num edifício formado por lotes verticais, cada um deles independente e capaz de se formar de diversas formas diferentes, sendo adaptável às mais variadas necessidades impostas pelos seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Culturalidade; Habitação; Flexibilidade; Evolutividade.

ABSTRACT

According to the United Nations, it is estimated that more and more people are living in a country different from the one where they were born. The organization estimates that, in 2017, the number of migrants reached 258 million, compared to approximately 173 million in 2000.

As the world witnesses an increase in population movements driven by various factors such as armed conflicts, climate change, economic and environmental poverty, and the search for better living conditions, it becomes imperative for architecture to offer housing solutions that promote cultural inclusivity, thereby fostering multi- and intercultural communities.

In this context, the adaptation of living spaces to different ways of inhabiting them is crucial given the challenges posed by migration movements, reflecting a progressive and sensitive approach to the needs of transitioning communities.

This study aims to contribute to the development of guidelines and practices in housing design that guide the creation of spaces welcoming to appropriation by communities on the move. The integration of flexible and sustainable solutions not only addresses the immediate needs of migrant communities but also anticipates future changes, contributing to the construction of more resilient built environments.

Thus, the main objective of the study focuses on creating a flexible and adaptable housing model that can accommodate the diverse meanings of dwelling brought by each culture. In this regard, interdisciplinary collaboration is particularly relevant in addressing this issue. The intersection of architecture, anthropology, sociology, and urban and rural planning highlights the complexity of integrating the various ways of inhabiting a shared multicultural space, ideally transforming it into an intercultural, non-discriminatory environment.

The ongoing study advances toward proposing a multi-family housing model that combines the rules imposed by the structural system and the infrastructure's location with

an open floor plan adaptable to different ways of living. Cultural references include Hindu, Islamic, and Chinese migrants, considering their strong presence in Portugal, analyzing the formal, dimensional, and functional elements that structure the traditional housing typologies of these communities.

The study was concluded with the development of a case study capable of addressing the presented questions, resulting in a building composed of vertical plots, each independent and capable of being configured in various ways, adaptable to the diverse needs imposed by its inhabitants.

KEYWORDS: Migration; Culturality; Housing; Flexibility; Evolution.

INTRODUÇÃO

O crescimento dos fluxos migratórios ao redor do mundo tem gerado desafios cada vez mais complexos para a arquitetura, destacando a necessidade de soluções habitacionais inovadoras e adaptativas. Estes movimentos populacionais, intensificados por crises económicas, conflitos políticos e mudanças climáticas, geram uma demanda crescente por habitações que não apenas acomodem novos moradores, mas que também respeitem e valorizem a rica diversidade cultural de cada grupo. Assim, a arquitetura precisa de responder com soluções que promovam a inclusão e ofereçam ambientes que fomentem o senso de pertencimento, essenciais para a integração social e o bem-estar dos migrantes.

A urgência de projetar estas soluções habitacionais está no impacto direto que as mesmas podem ter na qualidade de vida das pessoas em trânsito e na coesão das comunidades recetoras. A criação de espaços que atendam às variadas necessidades culturais e sociais torna-se um imperativo para garantir que estas novas populações se sintam respeitadas e acolhidas. Além disso, tais habitações devem facilitar o convívio entre diferentes culturas, promovendo a troca de experiências e contribuindo para o enriquecimento cultural mútuo. Num mundo cada vez mais globalizado e em constante transformação, desenvolver soluções habitacionais inclusivas é não apenas uma resposta aos desafios da migração, mas também uma forma de construir um futuro mais harmónico e integrado.

O estudo em questão propõe-se a investigar como é que a arquitetura pode contribuir para a criação de espaços habitacionais que promovam a interculturalidade, com foco em modelos habitacionais que considerem a flexibilidade e a adaptabilidade dos espaços, desenvolvendo um caso de estudo capaz de responder a estas especificidades.

Assim, este estudo aspira contribuir para o desenvolvimento de diretrizes e práticas na área da arquitetura que orientem profissionais na criação de ambientes mais adaptados e recetivos às comunidades em movimento, destacando também a importância da colaboração interdisciplinar de matérias como a arquitetura, a antropologia, a sociologia e o planeamento urbano, que é essencial para a criação de soluções eficazes e informadas, possibilitando a criação de espaços multiculturais que favoreçam a coesão social e promovam a construção de ambientes urbanos e rurais mais integrados e justos.

De modo a obter os resultados pretendidos, começa-se por analisar, através de dados estatísticos, quais as principais culturas em ascensão no nosso país, chegando à conclusão de que as culturas hindu, islâmica e chinesa cada vez se encontram mais presentes em Portugal.

Seguidamente, observam-se os tipos de resposta que a arquitetura tem vindo a fornecer ao longo das últimas décadas face à questão dos aumentos migratórios, e analisamos que há pelo menos três tipos de experiências efetuadas: habitação genérica, específica e adaptável.

Posteriormente analisam-se o modo de viver das três culturas selecionadas, tendo em especial atenção na influência que este exercia sobre as habitações, que foram também estudadas. A partir dos dados obtidos neste estudo, foram feitas comparações entre as diferentes culturas, com o objetivo de perceber as principais semelhanças e diferenças que ocorrem entre as suas habitações.

Por fim, a teoria verificada ao longo do estudo foi posta em prática, dando origem a um bairro multicultural que incorpora vários edifícios de habitação capazes de adaptar a sua disposição espacial a várias culturas e às necessidades impostas por estas.

Deste modo, a dissertação apresenta-se dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo fala-nos sobre as migrações, dando a conhecer os seus motivos, as suas consequências, bem como as atuais políticas, portuguesas e europeias, que têm vindo a ser implementadas sobre este assunto.

No segundo capítulo abordam-se as políticas migratórias ao nível da habitação, apresentando várias experiências efetuadas um pouco por todo o mundo, ao longo das últimas décadas, dando alguns exemplos de estratégias pensadas de modo a absorver novas culturas migrantes em determinado país ou cidade, passando estas pela inserção das mesmas em habitações genéricas, específicas ou adaptáveis. Cada um destes tipos de habitação tem as suas vantagens e desvantagens, que se encontram expostas no final do capítulo.

O terceiro capítulo é utilizado para descrever cada uma das culturas em estudo. Neste capítulo é-nos apresentado o modo de viver de cada uma das culturas bem como o seu impacto no interior e exterior das suas habitações, comparando cada uma delas e

observando as suas diferenças e semelhanças, de modo a verificar quais os melhores aspetos a incorporar no caso de estudo, apresentado no quarto e último capítulo.

O último capítulo tem o intuito de apresentar o caso de estudo desenvolvido, mostrando como é que a análise cultural desenvolvida teve impacto no desenvolvimento do mesmo e demonstrando algumas possíveis soluções de habitações capazes de incorporar as necessidades impostas pelos seus habitantes.

CAPÍTULO 1: AS MIGRAÇÕES

1.1. Motivos do aumento das migrações

O aumento das migrações internacionais é um fenómeno complexo que tem sido intensificado nas últimas décadas, impulsionado por uma variedade de fatores interligados, tanto a nível global quanto local. Este fenómeno abrange a movimentação de pessoas entre países em busca de melhores condições de vida, segurança, oportunidades económicas, ou devido a fatores adversos, como conflitos, perseguições ou mudanças climáticas.

Motivos Económicos:

Os motivos económicos são frequentemente citados como uma das principais razões para a migração internacional. A procura por melhores oportunidades de emprego, salários mais elevados e uma qualidade de vida superior leva muitas pessoas a deixar os seus países de origem, especialmente aqueles em desenvolvimento ou em crise económica, para perseguir novas oportunidades em países mais desenvolvidos. Segundo Castles e Miller (2009), a globalização económica ampliou as disparidades económicas entre países, estimulando as migrações em massa, especialmente das regiões menos desenvolvidas para os países industrializados.

Conflitos e Instabilidade Política:

Os conflitos armados, a violência generalizada e a instabilidade política também têm sido motores significativos das migrações forçadas. A guerra civil na Síria, por exemplo, gerou uma das maiores crises de refugiados da história recente, com milhões de pessoas à procura de asilo tanto em países vizinhos como na Europa. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, em 2020, o número de deslocados forçados globalmente ultrapassou os 82 milhões, refletindo o impacto dos conflitos e da perseguição em diversas partes do mundo (ACNUR, 2021).

Mudanças Climáticas e Degradação Ambiental:

As mudanças climáticas e a degradação ambiental emergem como novos e poderosos fatores que impulsionam as migrações. Eventos climáticos extremos, como secas, inundações, e o aumento do nível do mar, forçam populações a deslocarem-se em busca de locais mais seguros e de condições ambientais mais favoráveis. O Institute for Economics & Peace (2024) prevê que até 2050 o número total de refugiados climáticos chegue aos 1,2 mil milhões.

Assim, observa-se que, o aumento das migrações internacionais é impulsionado por uma combinação de fatores económicos, políticos, ambientais e sociais. A globalização, enquanto amplia as desigualdades, cria também oportunidades de mobilidade. No entanto, é necessário que as políticas migratórias sejam ajustadas para lidar com este fenómeno de maneira mais humana e eficiente, reconhecendo a complexidade dos fatores que motivam as migrações e garantindo direitos e proteção aos migrantes.

1.2. Consequências do aumento das migrações

O aumento das migrações internacionais tem gerado uma série de consequências significativas tanto para os países de origem quanto para os países de destino. Estas consequências são amplas e complexas, abrangendo aspetos económicos, sociais, culturais e políticos.

Impactes Económicos:

As migrações têm um efeito económico duplo. Por um lado, os países de destino frequentemente beneficiam da chegada de trabalhadores migrantes, que contribuem para o crescimento económico, preenchem lacunas no mercado de trabalho e ajudam a sustentar setores em declínio demográfico. De acordo com o Banco Mundial (2018), os migrantes contribuíram com aproximadamente 9% do PIB global em 2017, evidenciando o seu papel vital na economia global.

Por outro lado, os países de origem sofrem o impacto da perda de capital humano, especialmente quando se trata da migração de trabalhadores qualificados, fenómeno conhecido como "fuga de cérebros". Esta perda pode reduzir o potencial de crescimento económico e o desenvolvimento sustentável dos países de origem (Docquier & Rapoport, 2012).

Consequências Sociais e Culturais:

As migrações internacionais também geram profundas mudanças sociais e culturais tanto nos países de destino quanto nos de origem. Nos países de destino, a chegada de grandes fluxos migratórios pode alterar a composição demográfica e trazer à tona questões relacionadas com a integração social, a identidade cultural e a coesão social. Em alguns casos, o aumento da diversidade cultural pode enriquecer a sociedade e promover a interculturalidade. No entanto, também pode gerar tensões sociais e políticas,

especialmente em contextos onde o xenofobismo e o racismo estão presentes (Castres, 2000).

Nos países de origem, a migração pode desestruturar as famílias e as comunidades, especialmente quando se trata de migrações forçadas ou em massa. As separações familiares prolongadas, a ausência de membros da comunidade e a dependência das remessas financeiras podem alterar as dinâmicas sociais e gerar novas formas de organização social e económica (Levita, 2001). No entanto, as remessas enviadas pelos migrantes para os seus países de origem constituem uma fonte crucial de renda, que muitas vezes supera a ajuda internacional e pode representar uma importante contribuição para o desenvolvimento económico local.

Impactes Políticos:

A migração também tem implicações políticas significativas. Nos países de destino, o aumento das migrações pode influenciar as políticas migratórias e o debate político, muitas vezes resultando num endurecimento das políticas de imigração, em resposta ao aumento da pressão sobre os serviços públicos ou à percepção de ameaça à identidade nacional (Geddes & Scholten, 2016). Além disso, os migrantes podem tornar-se alvos de políticas populistas, com líderes políticos a explorar o medo da migração para ganhar apoio eleitoral.

Nos países de origem, a diáspora pode tornar-se num importante ator político, influenciando políticas públicas e, em alguns casos, contribuindo para a transformação política. As remessas, por exemplo, podem ser usadas para financiar movimentos políticos ou para apoiar o desenvolvimento comunitário, enquanto as comunidades diaspóricas podem desempenhar um papel na mediação de conflitos e na reconstrução pós-conflito (Levitt & Jaworsky, 2007).

Deste modo, é possível observar que, as consequências do aumento das migrações são multifacetadas e de longo alcance. Enquanto as migrações podem trazer benefícios económicos tanto para os países de destino quanto para os de origem, elas também geram desafios significativos em termos de coesão social, políticas públicas e desenvolvimento. Assim, é crucial que os governos e as sociedades civis desenvolvam políticas que promovam a integração dos migrantes e que abordem os desafios associados a este fenómeno de forma inclusiva e sustentável.

1.3. Política de migração na Europa

A política de migração na Europa é um tema central e complexo, moldado por uma combinação de fatores históricos, geopolíticos, económicos e sociais. Desde a formação da União Europeia (UE), a questão migratória tem sido um desafio persistente, agravado nos últimos anos por crises económicas, conflitos regionais e mudanças climáticas. A resposta europeia a este desafio tem sido multifacetada, refletindo as diferentes prioridades e sensibilidades dos Estados-membros.

Historicamente, a Europa tem sido tanto um continente de emigração quanto de imigração. No entanto, nas últimas décadas, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a Europa Ocidental tornou-se um destino principal para migrantes, principalmente da África, Ásia e Europa Oriental. A partir da década de 1990, com a queda do Muro de Berlim e o alargamento da UE, houve um aumento significativo no fluxo de pessoas para a Europa Ocidental e Setentrional.

A criação do Espaço Schengen em 1995, que permitiu a livre circulação de pessoas entre a maioria dos países da UE, foi um marco importante na política migratória europeia. No entanto, este mecanismo também expôs as vulnerabilidades dos sistemas de asilo e fronteiras externas da UE. A ausência de fronteiras internas reforçou a necessidade de uma política comum de migração e asilo, o que levou à implementação do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) e à criação da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex).

A crise migratória de 2015, provocada em grande parte pelos conflitos na Síria, Iraque e Afeganistão, colocou em evidência as limitações das políticas de migração da UE. Mais de um milhão de migrantes e refugiados chegaram à Europa em 2015, expondo a falta de coordenação entre os Estados-membros e as falhas no sistema de asilo europeu. A resposta a essa crise foi marcada por divergências significativas entre os Estados-membros, com alguns países, como a Alemanha e a Suécia, adotando políticas mais abertas, enquanto outros, como a Hungria e a Polónia, endureceram as suas fronteiras e rejeitaram as quotas de redistribuição de refugiados propostas pela Comissão Europeia (Betts e Collier, 2017).

Como resposta, a UE reforçou as suas políticas de controlo de fronteiras e expandiu a cooperação com países terceiros, como a Turquia e a Líbia, para conter os fluxos

migratórios. O Acordo UE-Turquia de 2016, por exemplo, foi uma medida controversa que resultou na redução significativa das chegadas à Grécia, mas também levantou preocupações sobre o respeito aos direitos humanos e o tratamento dos refugiados.

As políticas de migração na Europa têm impactos profundos não apenas para os migrantes e refugiados, mas também para as sociedades de acolhimento. A integração dos migrantes, a segurança das fronteiras, e o respeito aos direitos humanos continuam a ser questões centrais e, por vezes, conflituosas dentro da UE. Além disso, a ascensão de movimentos populistas e nacionalistas em vários países europeus tem influenciado as políticas migratórias, muitas vezes promovendo agendas mais restritivas e anti-imigração (Fukuyama, 2018).

Para o futuro, a UE enfrenta o desafio de equilibrar a necessidade de controlar as suas fronteiras externas com o compromisso de respeitar os direitos humanos e proporcionar proteção aos refugiados. A adoção do Novo Pacto sobre Migração e Asilo em 2020, que visa reformar o sistema de asilo da UE e promover uma abordagem mais solidária e eficiente, será crucial para determinar a direção futura da política de migração europeia.

Assim vemos que a política de migração na Europa é um campo em constante evolução, influenciado por fatores internos e externos. A UE precisa de continuar a desenvolver mecanismos eficazes e humanos para lidar com a migração, promovendo ao mesmo tempo a integração social e económica dos migrantes e assegurando a segurança das suas fronteiras. O sucesso destas políticas será fundamental para a estabilidade e a coesão do projeto europeu no século XXI.

1.4. Política de migração em Portugal

A política de migração em Portugal é marcada por uma abordagem relativamente aberta e inclusiva, em contraste com as políticas de alguns outros países europeus, como por exemplo a Hungria e a Polónia, que têm vindo a adotar abordagens mais restritivas. Como país historicamente de emigração, Portugal tem uma relação complexa com a migração, que se transformou significativamente nas últimas décadas. Com a adesão à União Europeia em 1986 e as subsequentes transformações económicas e sociais, Portugal

tornou-se progressivamente um destino para migrantes, particularmente de África, da América Latina e, mais recentemente, da Ásia.

Portugal, até meados do século XX, era um país predominantemente de emigração, com grandes fluxos migratórios dirigidos para destinos como o Brasil, França, Alemanha, Luxemburgo, Estados Unidos, Venezuela e África do Sul. Esta tendência começou a mudar com o fim da ditadura em 1974 e a subsequente democratização, bem como com a entrada de Portugal na União Europeia. A estabilidade política e o crescimento económico que se seguiram transformaram o país num ponto de atração para migrantes, especialmente das suas ex-colónias africanas como Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (Baganha et al., 2001).

Durante as décadas de 1990 e 2000, Portugal assistiu a um aumento significativo da imigração, com novos fluxos provenientes do Brasil e, posteriormente, de países do Leste Europeu, como a Ucrânia, Romênia e Moldávia, à procura de melhores oportunidades económicas. Este período coincidiu com a adoção de uma série de reformas legislativas que visavam regularizar a situação dos migrantes e facilitar a sua integração na sociedade portuguesa.

Pelo INE podemos observar que em 2023, estimou-se um total de 189 367 imigrantes permanentes e de 33 666 emigrantes permanentes, resultando num saldo migratório de 155 701, o mais elevado observado nos últimos 10 anos. Em 2022, o número de imigrantes permanentes tinha sido de 167 098, o que representou um aumento de 72,1% relativamente ao ano anterior (97 119 em 2021), e o número de emigrantes permanentes de 30 954, o que resultou num saldo migratório de 136 144 (Instituto Nacional de Estatística, 2024). Assim observa-se que Portugal é cada vez mais um país de imigração, como é possível observar na Figura 1.

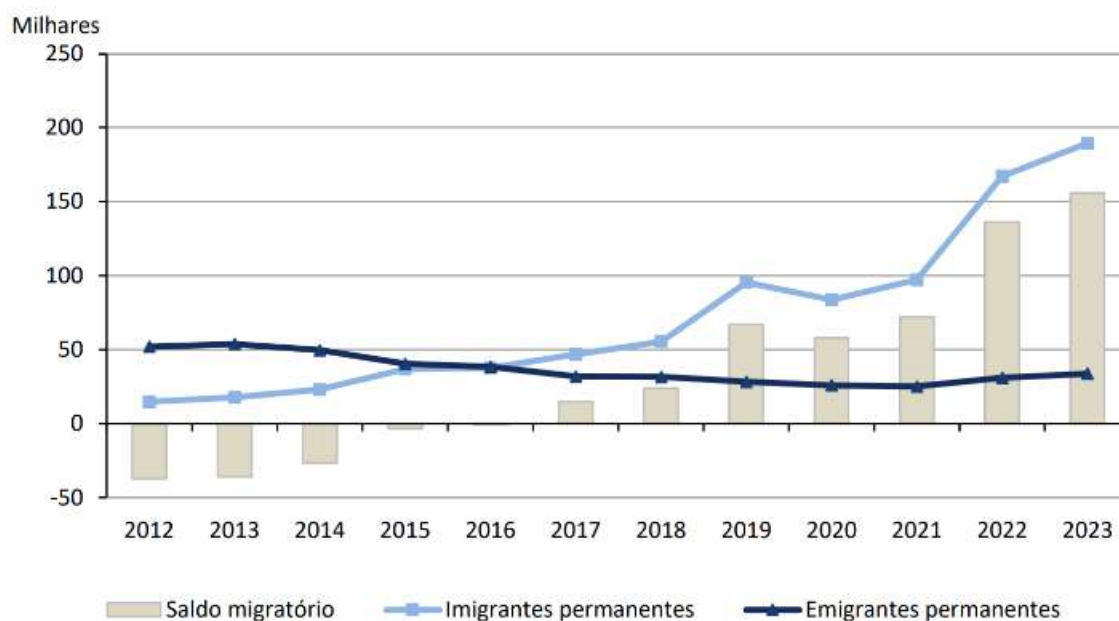


Figura 1 - Saldo migratório e componentes, Portugal, 2012-2023 (Instituto Nacional de Estatística, 2024).

Segundo a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), este contínuo aumento chega a totalizar, em Portugal, 1.044.606 cidadãos estrangeiros titulares de Autorização de Residência, em 2023 (Figura 2).

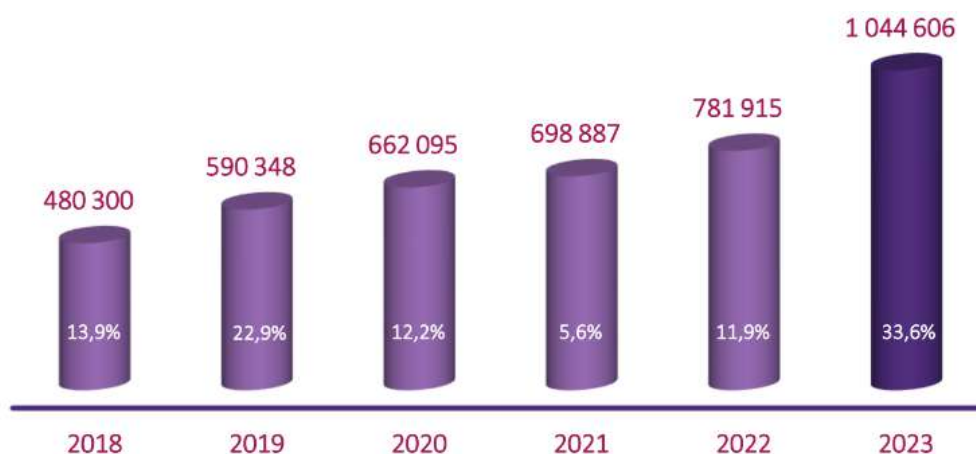


Figura 2 - Evolução de estrangeiros residentes em Portugal (AIMA, 2024).

Internacionalmente, Portugal tem sido elogiado pelas suas políticas de integração de imigrantes, destacando-se pela promoção de uma abordagem inclusiva e baseada nos direitos humanos. Uma das principais iniciativas foi o lançamento do Plano para a Integração dos Imigrantes em 2007, seguido por outros planos nacionais que visavam facilitar o acesso dos migrantes à educação, saúde, habitação e mercado de trabalho.

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM), criado em 1996, desempenha um papel crucial na implementação destas políticas. Este órgão tem promovido a interculturalidade e a integração dos imigrantes através de uma rede de Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e a disseminação de informações relevantes sobre os direitos e deveres dos migrantes em Portugal.

Além disto, a política de nacionalidade de Portugal tem sido relativamente acessível, permitindo que residentes de longa duração adquiram a cidadania portuguesa com maior facilidade em comparação com outros países europeus.

Apesar dos progressos, a política de migração em Portugal enfrenta desafios significativos. Um dos principais problemas é a precariedade laboral e a exploração no mercado de trabalho, que afeta desproporcionalmente os migrantes, especialmente aqueles em situação irregular. Muitos imigrantes encontram-se em setores mal remunerados e com condições de trabalho precárias, como a construção civil, agricultura e serviços domésticos.

Além disto, embora Portugal seja frequentemente citado como um exemplo positivo em termos de integração, ainda existem barreiras à plena inclusão dos migrantes, como a discriminação racial e a xenofobia, que persistem em vários setores da sociedade. As comunidades afrodescendentes e os ciganos, por exemplo, continuam a enfrentar desafios significativos na educação, emprego e habitação.

Nos últimos anos, Portugal tem assistido a um aumento de novos fluxos migratórios, incluindo refugiados e solicitantes de asilo, especialmente devido à crise migratória europeia e às políticas de acolhimento adotadas pelo governo português. O país tem mantido uma postura solidária, comprometendo-se a receber refugiados no âmbito do programa de recolocação da União Europeia, embora os números sejam relativamente modestos em comparação com outros países europeus.

Para o futuro, é crucial que Portugal continue a adaptar as suas políticas de migração e integração para responder aos novos desafios, como as mudanças demográficas, a integração de novos grupos de migrantes e a luta contra a discriminação. A manutenção de uma abordagem inclusiva e baseada nos direitos humanos será fundamental para assegurar que Portugal continue a ser um exemplo de boas práticas na gestão da migração na Europa.

Assim, a política de migração em Portugal caracteriza-se por uma abordagem inclusiva e orientada para os direitos humanos, refletindo o compromisso do país com a integração dos migrantes. Embora tenha alcançado avanços significativos, Portugal ainda enfrenta desafios, como a precariedade laboral e a discriminação, que exigem atenção contínua. O futuro da política migratória em Portugal dependerá da capacidade do país em manter a sua abordagem solidária e adaptá-la às novas realidades migratórias.

1.5. Habitação para migrantes em Portugal

A situação da habitação para migrantes em Portugal reflete desafios que resultam da crescente diversidade e do fluxo migratório que o país tem vivenciado nas últimas décadas. Embora Portugal seja frequentemente elogiado pelas suas políticas inclusivas e de direitos humanos no que diz respeito à migração, as condições de habitação para migrantes continuam a ser uma questão crítica, especialmente em termos de acessibilidade, qualidade e segregação espacial.

Os migrantes em Portugal, em especial os que se encontram em situação irregular ou com baixos rendimentos, enfrentam grandes dificuldades no acesso à habitação. Estas dificuldades estão relacionadas a vários fatores, como discriminação no mercado imobiliário, altos custos de arrendamento, e uma oferta limitada de habitação social. A pesquisa de Malheiros e Vala (2004) destaca que, já em anos anteriores, muitos migrantes são forçados a viver em situações de sobrelotação ou em alojamentos informais, como bairros de lata, particularmente nas periferias de grandes áreas urbanas como Lisboa e Setúbal.

Além disto, os migrantes enfrentam discriminação tanto por parte de senhorios quanto de agentes imobiliários. A discriminação racial e étnica afeta o acesso dos migrantes a

habitação adequada, levando-os a arrendar imóveis em condições precárias ou a pagar valores desproporcionalmente altos pelo arrendamento de habitações de baixa qualidade.

O governo português tem implementado algumas políticas para responder às necessidades habitacionais da população migrante, embora estas ainda não sejam suficientes para resolver os problemas existentes. O Plano Nacional de Ação para a Integração dos Migrantes (PNAIM) inclui medidas para promover a integração dos migrantes no mercado de habitação, facilitando o acesso à informação e apoiando programas de habitação social.

Apesar dos desafios, algumas iniciativas locais e nacionais têm tentado melhorar a situação da habitação para migrantes em Portugal. O Alto Comissariado para as Migrações (ACM) tem promovido programas que visam facilitar o acesso dos migrantes à habitação digna, e algumas autarquias têm adotado medidas inovadoras para integrar os migrantes nas suas comunidades, como a reabilitação de áreas urbanas degradadas e o apoio ao arrendamento acessível.

Além disso, há um reconhecimento crescente da necessidade de desenvolver políticas de habitação que respondam às necessidades específicas dos migrantes, promovendo o acesso equitativo à habitação, reduzindo a discriminação no mercado de arrendamento e garantindo que as políticas públicas de habitação social contemplem as populações migrantes de forma mais inclusiva.

Assim observamos que a situação habitacional para os migrantes em Portugal continua a ser um desafio significativo. Embora o país tenha adotado políticas progressistas em relação à migração, ainda há lacunas evidentes na aplicação de medidas eficazes para garantir o acesso dos migrantes a uma habitação digna e inclusiva. A segregação espacial, a discriminação no mercado imobiliário e as condições precárias de muitas habitações são questões que exigem atenção contínua. As soluções passam por uma maior coordenação entre as políticas migratórias e habitacionais, assegurando que as necessidades dos migrantes sejam integradas de forma mais eficaz nas estratégias de desenvolvimento urbano e social de Portugal.

CAPÍTULO 2:
A HABITAÇÃO PERANTE A MULTICULTURALIDADE

Sendo a multiculturalidade uma questão já presente há várias décadas, várias foram as experiências efetuadas em diversas partes do mundo para que a arquitetura, a par do urbanismo, pudesse obter uma resposta para que esta pudesse ser inserida em diferentes locais.

Desde a renovação de bairros já existentes até à criação de novas unidades habitacionais, passando pela reformulação de esquemas urbanos, foram várias as tentativas ao longo das últimas décadas para tornar as cidades em locais mais recetores a novas culturas, tanto no espaço público como nas habitações privadas.

No que às habitações diz respeito, pode-se observar três tipos de habitação fundamentais que foram analisadas para este estudo, sendo elas:

- Habitação Genérica: Habitação que não foi projetada a pensar nas necessidades particulares de uma cultura;
- Habitação Específica: Habitação que foi projetada para uma cultura específica, atendendo às suas necessidades específicas;
- Habitação Adaptável: Habitação flexível que permite responder às necessidades de quem nela habita, uma vez que podem “moldar” a sua casa às suas demandas.

2.1. Panorama da multiculturalidade na habitação

O panorama da multiculturalidade na habitação explora as interações complexas entre a diversidade cultural e o acesso à moradia em contextos urbanos. À medida que as cidades se transformam em "mosaicos culturais" devido à intensificação da globalização e das migrações internacionais, surgem desafios significativos para o desenvolvimento urbano e a formulação de políticas habitacionais. Como Qadeer (2016) observa em *Multicultural Cities*, estas transformações exigem novas abordagens para a convivência entre culturas em espaços urbanos altamente diversificados, destacando a importância de políticas que considerem as necessidades variadas das populações.

A multiculturalidade na habitação não se limita à simples coexistência de diferentes culturas, mas envolve "dinâmicas de inclusão e exclusão, bem como formas de segregação espacial" (Kemeny, 2015). Estas dinâmicas são especialmente visíveis em áreas urbanas onde as disparidades no acesso à moradia se tornam mais acentuadas entre

diferentes grupos étnicos e culturais. Questões como a equidade no acesso à habitação, a integração de imigrantes, a preservação de identidades culturais e a convivência pacífica entre diferentes grupos são centrais neste debate. Além disto, o impacto das políticas públicas na promoção de uma habitação acessível e justa para todos, independentemente de sua origem cultural, é um ponto crucial para o desenvolvimento de cidades mais inclusivas e sustentáveis.

A questão da habitação multicultural envolve a preservação de identidades culturais e a convivência pacífica entre diferentes grupos. Como Fincher e Jacobs (1998) discutem em *Cities of Difference*, os desafios de criar espaços urbanos que respeitem a diversidade cultural são muitos, mas são essenciais para o desenvolvimento de cidades que sejam verdadeiramente inclusivas. Este desafio é exacerbado pela segregação residencial, que pode reforçar barreiras culturais e sociais entre os grupos (Beider, 2012).

Este panorama envolve analisar as experiências de diferentes países e cidades, onde a multiculturalidade é uma realidade cotidiana, e compreender como estes espaços urbanos têm lidado com a diversidade. Desde modelos de integração bem-sucedidos até situações de segregação e conflito, a análise da multiculturalidade na habitação revela muito sobre os desafios contemporâneos da vida em sociedade. Assim, o estudo deste tema é fundamental para pensar em soluções habitacionais que respeitem a diversidade cultural, promovam a coesão social, e contribuam para a construção de cidades mais justas e igualitárias.

2.2. Experiências efetuadas

Neste contexto, a habitação destaca-se como um dos principais desafios, uma vez que envolve não só a provisão de uma habitação adequada, mas também a promoção da integração social e do respeito à diversidade cultural (Castles, 2010). Diversas cidades em todo o mundo têm implementado políticas e projetos específicos para responder a estes desafios, procurando criar ambientes urbanos inclusivos onde pessoas de diferentes origens possam viver em harmonia (Amin, 2002).

Um exemplo significativo pode ser encontrado em Barcelona, onde o projeto *Superilles* (Figura 3), formado pelo próprio governo da cidade, visa reorganizar o espaço urbano

para fomentar a convivência e a interação entre moradores de diversas culturas, contribuindo para a coesão social (Degen & García, 2012). Em Lyon, o projeto *Village Vertical* oferece um modelo de cooperativa de habitação autogerida, promovendo a participação ativa dos moradores na gestão do espaço e incentivando o diálogo intercultural.

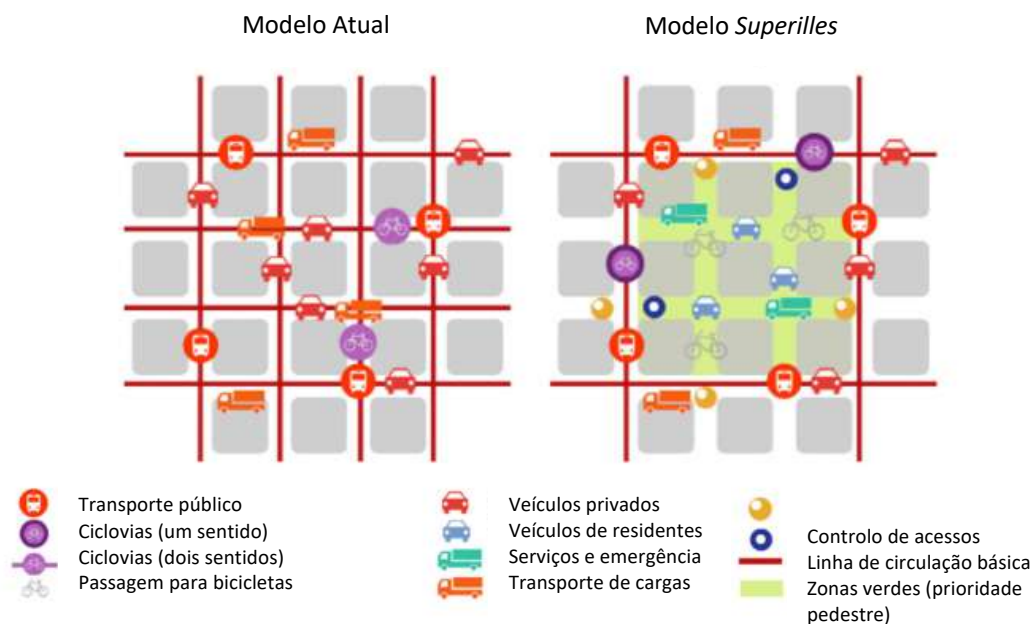


Figura 3 - Comparação entre o modelo atual de Barcelona e o modelo "Superilles" (Super-blocos).

Em Amsterdão, o projeto de renovação urbana no bairro Bijlmermeer (Figuras 4 e 5), da autoria de Georg Siegfried Nassuth, em 1968, inclui a criação de novas moradias e a melhoria da infraestrutura local, com o objetivo de integrar comunidades de diferentes origens culturais (Van Kempen & Bolt, 2009).

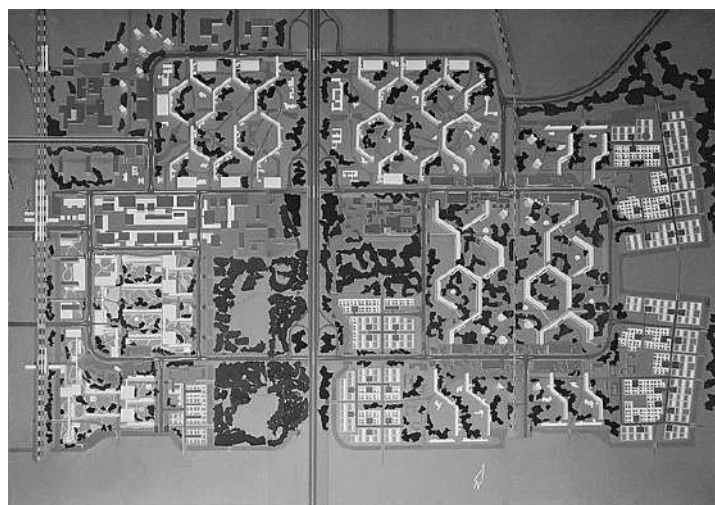


Figura 4 - Maqueta do Bairro Bijlmermeer, por Siegfried Nassuth (1965).



Figura 5 - Vista aérea do Bairro Bijlmermeer.
<https://99percentinvisible.org/episode/bijlmer-city-future-part-1/>

Em Paris, o programa *Quartiers en Crise* foi uma iniciativa de reabilitação urbana que visou combater a segregação e promover a inclusão social nas áreas multiculturais da periferia, através de investimentos em educação, emprego e cultura (Wacquant, 2008). Já em Toronto, as políticas habitacionais da cidade incentivam a mistura de diferentes faixas de renda e origens culturais, contribuindo para a criação de bairros mais coesos e integrados (Murdie, 2002).

Estas experiências demonstram que a habitação multicultural é um campo em constante evolução, no qual a integração social e a convivência pacífica são alcançadas por meio de iniciativas que valorizam a diversidade e promovem a participação comunitária. As estratégias mencionadas refletem a necessidade de uma abordagem holística e inclusiva, essencial para a construção de cidades mais justas e coesas no século XXI.

2.3. Habitação genérica

O acesso à habitação digna é um dos maiores desafios enfrentados pelos migrantes, que muitas vezes encontram dificuldades em entrar no mercado imobiliário formal, seja por barreiras legais, discriminação, falta de informações ou recursos financeiros limitados. Assim, muitos acabam por se instalar em habitações precárias, como habitações informais, podendo também sujeitar-se a condições de superlotação em imóveis regulares, o que compromete a sua qualidade de vida e saúde.

A inserção habitacional de migrantes em habitações genéricas envolve desafios consideráveis, muitos dos quais são exacerbados pela diversidade cultural. De acordo

com Robinson et al. (2007), migrantes de diferentes origens culturais frequentemente enfrentam barreiras significativas ao tentar encontrar moradias adequadas. Estas barreiras incluem não só fatores económicos, como renda limitada e falta de crédito, como também discriminação e preconceitos culturais que limitam as suas opções de acesso à habitação.

Por exemplo, migrantes provenientes de culturas onde a coabitação intergeracional é comum podem encontrar dificuldades em localizar habitações que acomodem famílias mais numerosas, especialmente em mercados imobiliários onde predomina a oferta de apartamentos pequenos, como observa Phillips (2006). Além disso, a falta de familiaridade com o mercado imobiliário local e a ausência de redes sociais que possam oferecer apoio ou referências tornam o processo de procura por moradia ainda mais desafiador para estes grupos.

A diversidade cultural desempenha um papel crucial na maneira como os migrantes interagem com o mercado habitacional. Segundo estudos de Ager e Strang (2008), a habitação é uma dimensão chave da integração, e a capacidade dos migrantes de aceder a moradias em bairros diversificados culturalmente pode ser um indicador de uma integração bem-sucedida. No entanto, a realidade é que muitos migrantes acabam concentrados em áreas específicas, muitas vezes devido à discriminação e ao acesso desigual a recursos habitacionais.

A concentração de grupos culturais em certas áreas pode levar à formação de enclaves étnicos que, embora possam oferecer suporte social e cultural, também podem limitar as oportunidades de integração plena na sociedade mais ampla. Bolt, et al. (2009) discutem como a segregação residencial pode ser tanto um reflexo de preferências culturais quanto de restrições estruturais, como políticas habitacionais que não levam em conta as necessidades específicas de grupos culturais diversos.

Para promover uma inserção mais equitativa de migrantes em habitações genéricas, é fundamental que as políticas públicas sejam desenhadas de maneira a reconhecer e atender às necessidades culturais diversas. Isto pode incluir, por exemplo, a promoção de habitações que acomodem diferentes arranjos familiares e práticas culturais, bem como a implementação de programas de conscientização e combate à discriminação no mercado imobiliário.

A promoção da diversidade habitacional pode também ser facilitada por programas que incentivem o desenvolvimento de bairros inclusivos, onde pessoas de diferentes origens culturais possam conviver e partilhar espaços comuns. Estes programas devem ser acompanhados de políticas que garantam o acesso equitativo à moradia, independentemente da origem cultural dos indivíduos.

2.4. Habitação específica

A inserção habitacional de migrantes de diferentes culturas em habitações desenhadas especificamente para atender suas necessidades culturais é uma abordagem inovadora na arquitetura e no planeamento urbano. Esta prática reconhece a importância de adaptar o ambiente construído às particularidades culturais dos residentes, proporcionando não apenas um espaço físico adequado, mas também um lugar que respeite e celebre as suas tradições, modos de vida e valores comunitários.

A arquitetura desempenha um papel crucial na preservação e promoção da identidade cultural. Habitações projetadas com considerações culturais específicas podem incluir elementos arquitetónicos e espaciais que respondem às tradições e práticas dos grupos migrantes. Como afirmam Rapoport (1969) e Oliver (2006), a arquitetura vernácula, que é fortemente influenciada por fatores culturais e climáticos, pode servir de modelo para o desenvolvimento de habitações que respeitem as necessidades culturais dos migrantes.

Por exemplo, migrantes de culturas islâmicas podem ter preferências por configurações que incluem espaços segregados para homens e mulheres, áreas para orações e cozinhas que facilitem a preparação de alimentos *halal*. Hassan Fathy, no seu trabalho com a arquitetura vernácula egípcia, demonstrou como o design pode ser profundamente influenciado pelas tradições culturais, resultando em habitações que não só oferecem abrigo, mas também mantêm a coesão social e cultural dos residentes (Fathy, 2000).

Vários projetos em todo o mundo têm procurado integrar princípios de arquitetura que refletem a cultura dos migrantes. Um exemplo significativo é o *Skirkanich Hall* na Universidade da Pensilvânia, projetado por Tod Williams Billie Tsien Architects em 2006, que incorpora elementos arquitetónicos que refletem a cultura asiática, atendendo à grande população estudantil de origem asiática. Embora seja um edifício académico, a

sua abordagem de um desenho culturalmente sensível pode ser aplicada ao desenvolvimento habitacional.

Outro exemplo é o *Hindu Temple and Community Center* (Templo Hindu e Centro Comunitário), finalizado em 2006 em Minnesota, executado pela Palanisani & Associates em conjunto com a Sociedade Hindu de Minnesota, que não serve apenas como um centro espiritual, mas também como um espaço comunitário, oferecendo habitações para a comunidade hindu local. O projeto incorpora elementos morfológicos tradicionais da arquitetura hindu, como *mandapas* (pavilhões) e *gopurams* (torres de entrada), como mostra a Figura 6, que criam um ambiente familiar e culturalmente relevante para os residentes.

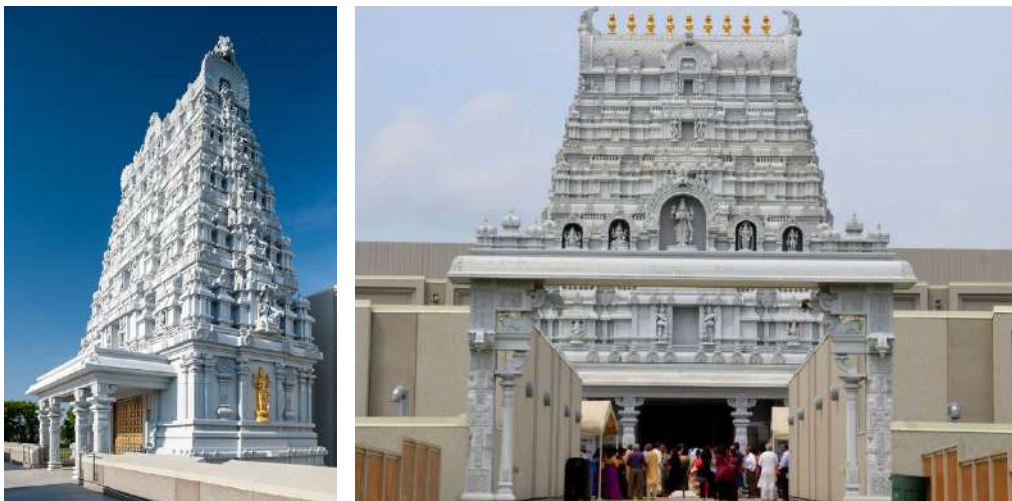


Figura 6 - Imagens exteriores do Templo Hindu e Centro Comunitário de Minnesota.
<https://www.minneapolisnorthwest.com/listing/hindu-temple-of-minnesota/282/>

Mais um exemplo é o projeto de habitação social desenvolvido pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira em Schilderswijk (Figura 7), Haia, nos Países Baixos, finalizado em 1990. Este projeto foi encomendado com o objetivo de revitalizar um bairro multicultural, onde residem muitos migrantes de diferentes origens, principalmente da Turquia, Marrocos e Suriname. Siza Vieira projetou um conjunto habitacional que respeita tanto a escala humana quanto a diversidade cultural dos residentes. Os acessos às habitações dos pisos superiores, efetuados através de reentrâncias (Figuras 8 e 9), foram projetados para um aumento de privacidade dos moradores. O uso de pátios internos e varandas, elementos tradicionais na arquitetura mediterrânea e árabe, foi cuidadosamente adaptado para criar

espaços que promovam a vida comunitária e respeitem as necessidades culturais dos moradores (Figura 10). A obra de Siza em Haia exemplifica como a arquitetura pode responder à diversidade cultural sem sacrificar a coesão urbana. A sua abordagem sensível ao contexto e à cultura dos residentes demonstra como a arquitetura pode atuar como uma ponte entre tradições distintas e a vida contemporânea, oferecendo várias soluções habitacionais (Figura 11) que respeitam e valorizam as identidades culturais, enquanto integram os migrantes à cidade como um todo.



Figura 7 - Imagem exterior do bairro Schilderswijk, fotografia de Duccio Malagamba.



Figura 8 - Fachada do bairro Schilderswijk, fotografia de Peter de Ruig (1988).

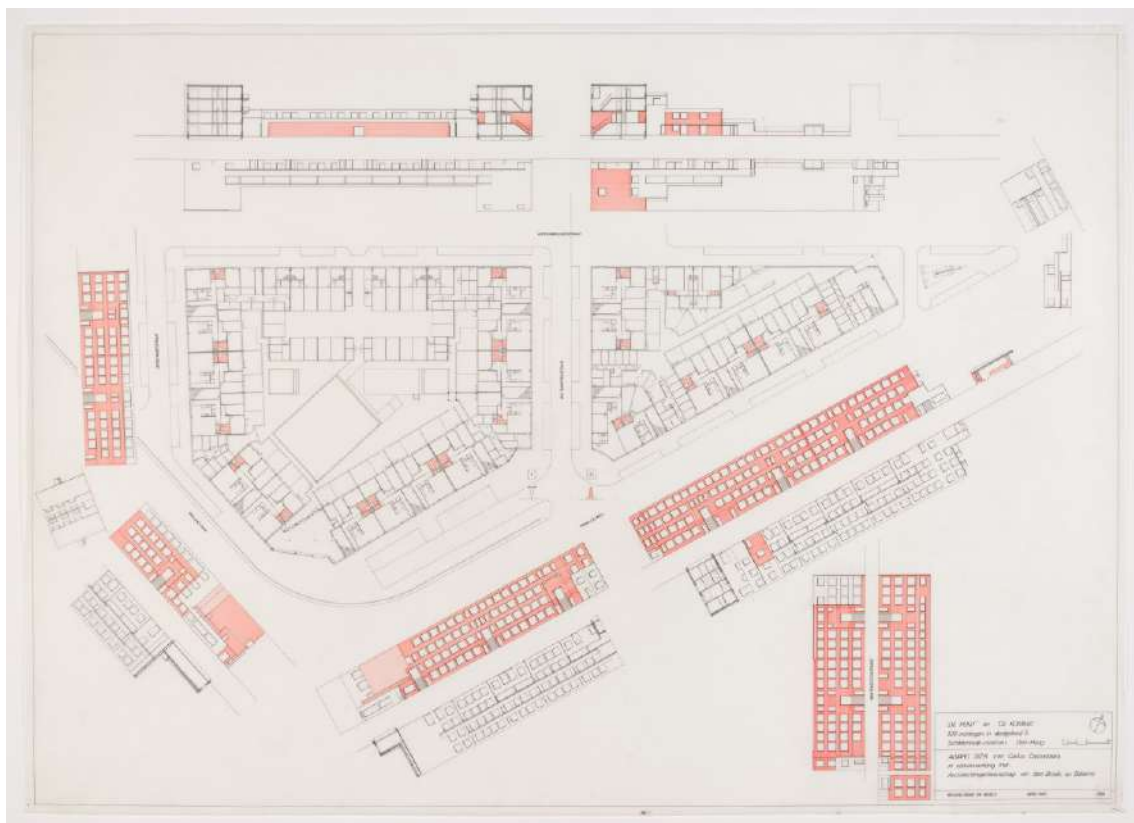




Figura 11 – Plantas de diferentes habitações do edifício Schilderswijk, adaptadas de Research Gate.

A inserção habitacional em espaços projetados especificamente para determinada cultura pode ter um impacto significativo na integração social dos migrantes. Segundo Lefebvre (1974), o espaço é um produto social que pode tanto promover quanto limitar a integração dos indivíduos na sociedade. Habitações culturalmente sensíveis podem facilitar a integração ao oferecer aos migrantes um ambiente onde as suas práticas culturais são respeitadas e mantidas, promovendo um senso de pertencimento e comunidade.

No entanto, existe o risco de que a criação de habitações tão específicas possa levar à segregação cultural, isolando os migrantes do resto da sociedade e dificultando interações interculturais. Como argumentam Bolt et al. (2009), é crucial encontrar um equilíbrio entre a preservação cultural e a integração social para evitar a formação de guetos culturais que possam perpetuar a exclusão social.

A criação de habitações culturalmente específicas requer uma compreensão profunda das necessidades e tradições dos migrantes, o que pode ser um desafio para arquitetos e urbanistas. É necessário um processo colaborativo, onde os migrantes são consultados e envolvidos no planeamento e desenho das suas habitações. Como defendem Till e Schneider (2005), o design participativo é fundamental para garantir que as habitações reflitam verdadeiramente as necessidades e desejos dos residentes.

Além disto, as políticas habitacionais devem apoiar financeiramente estes projetos, reconhecendo que a construção de habitações culturalmente específicas pode exigir investimentos adicionais para incorporar elementos arquitetónicos e espaciais não convencionais.

2.5. Habitação adaptável

O projeto de habitação flexível e adaptável é uma abordagem arquitetónica que procura criar espaços capazes de responder às diversas necessidades culturais, sociais e económicas dos seus residentes. No contexto da inserção habitacional de migrantes de diferentes culturas, esta flexibilidade torna-se essencial para acomodar uma variedade de práticas culturais e modos de vida, garantindo que as habitações possam ser personalizadas e ajustadas ao longo do tempo conforme as necessidades dos ocupantes mudam.

A habitação flexível e adaptável é projetada com a intenção de permitir modificações fáceis no layout e no uso dos espaços ao longo do tempo, sem a necessidade de intervenções arquitetónicas complexas ou dispendiosas. Segundo Till e Schneider (2005), a flexibilidade na habitação pode manifestar-se de várias formas, incluindo paredes móveis, unidades modulares, espaços multifuncionais e sistemas construtivos que permitam alterações rápidas. Este conceito é especialmente relevante em contextos de migração, onde os residentes podem ter necessidades variáveis e dinâmicas, como famílias que crescem ou se contraem, mudanças nas práticas culturais ou a integração de atividades económicas dentro do espaço residencial.

Migrantes de diferentes culturas trazem consigo tradições, hábitos e formas de viver que podem diferir significativamente das normas predominantes no país de acolhimento. A habitação flexível permite que estes indivíduos adaptem os seus espaços para refletir

melhor as suas práticas culturais. Por exemplo, algumas culturas podem valorizar a coabitação de famílias extensas, exigindo espaços que possam ser reconfigurados para acomodar vários membros da família sob o mesmo teto. Outras podem necessitar de áreas específicas para práticas religiosas, como espaços para oração, que possam ser facilmente integrados à moradia existente.

Além disto, a flexibilidade é crucial para apoiar a integração social dos migrantes. Como observa Awan, et al. (2011), habitações que podem ser adaptadas para diferentes usos permitem que os residentes participem ativamente na vida comunitária e económica, por exemplo, ao transformarem partes da sua casa em lojas ou oficinas. Esta capacidade de adaptar o espaço contribui para a resiliência e o bem-estar dos migrantes, facilitando sua integração na nova sociedade.

Um exemplo emblemático de arquitetura flexível é o projeto "Next21" em Osaka, Japão, desenvolvido pela Osaka Gas Corporation com a colaboração de vários arquitetos, em 1993 (Figura 12). Este edifício experimental foi concebido como um protótipo de habitação urbana flexível, onde os apartamentos podem ser facilmente reconfigurados para atender às necessidades dos residentes ao longo do tempo (Figura 13). O projeto utiliza um sistema de construção modular que permite a reconfiguração dos interiores sem a necessidade de alterações estruturais (Figura 14). Esta flexibilidade é particularmente útil num contexto multicultural, pois permite que cada família personalize seu espaço de acordo com suas tradições e necessidades específicas.



Figura 12 - Imagem exterior Edifício Next21 (The Council on Open Building <https://councilonopenbuilding.org>).

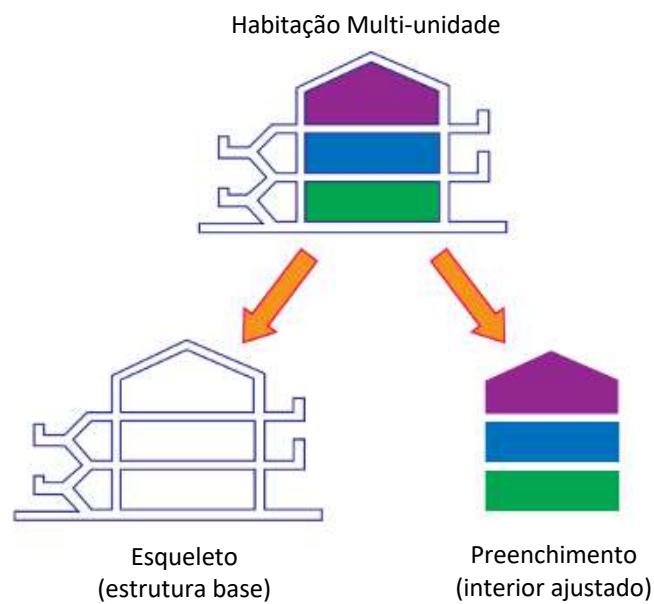


Figura 13 - Esquema do “Preenchimento do Esqueleto” do Edifício Next21, adaptado de The Council on Open Building (<https://councilonopenbuilding.org>)

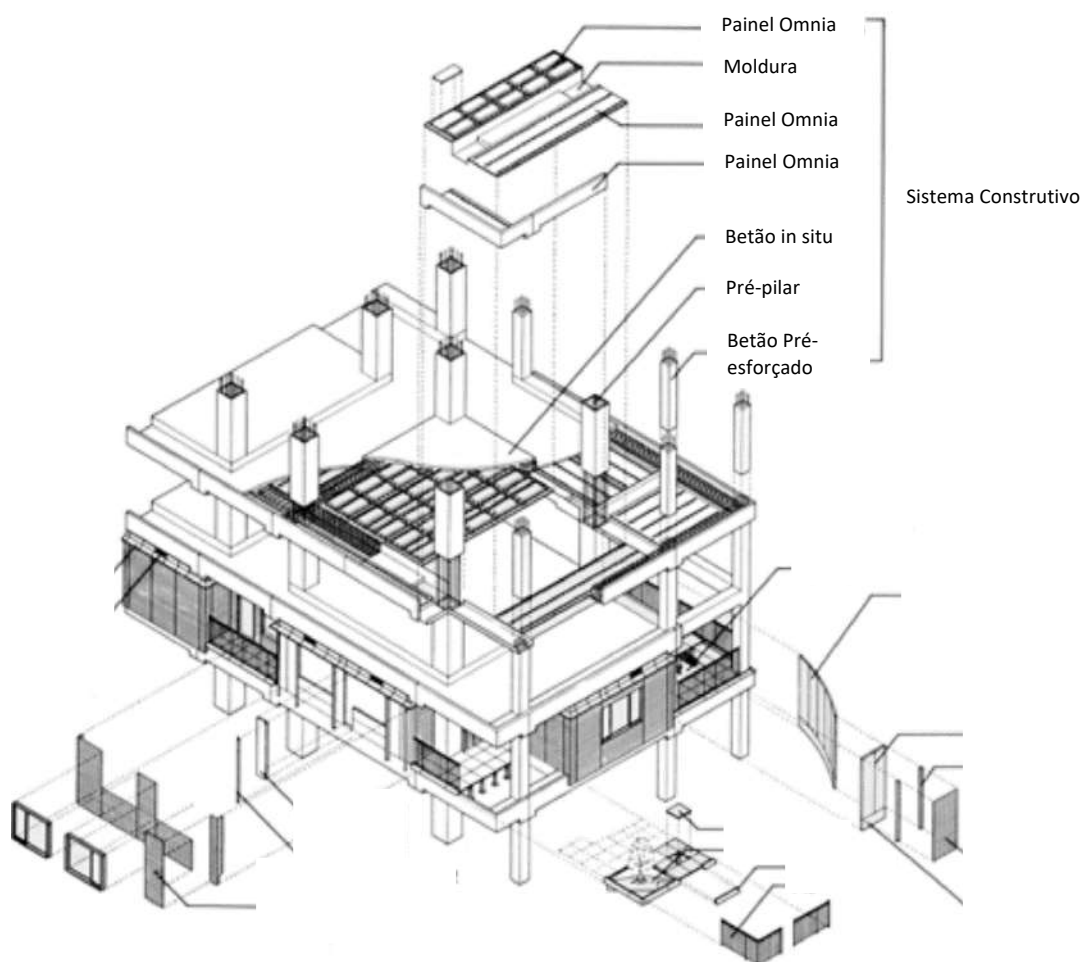


Figura 14 - Esquema do Sistema Construtivo do Edifício Next21, adaptado de The Council on Open Building (<https://councilonopenbuilding.org>).

Outro exemplo relevante é o conceito de "Open Building", proposto pelo arquiteto holandês John Habraken nos anos 60, que defende a separação entre o "suporte" (estrutura permanente do edifício) e o "preenchimento" (os interiores flexíveis). Este conceito foi aplicado experimentalmente em projetos como o *Diagoon Houses* (Figuras 15 e 16) em Delft, Países Baixos, de Herman Hertzberger em 1970, onde os moradores têm a liberdade de definir os interiores de acordo com suas preferências. Este tipo de abordagem permite que as habitações evoluam com as necessidades culturais e familiares dos migrantes ao longo do tempo.



Figura 15 - Interior de uma *Diagoon House* (Iconic Houses, 2022).

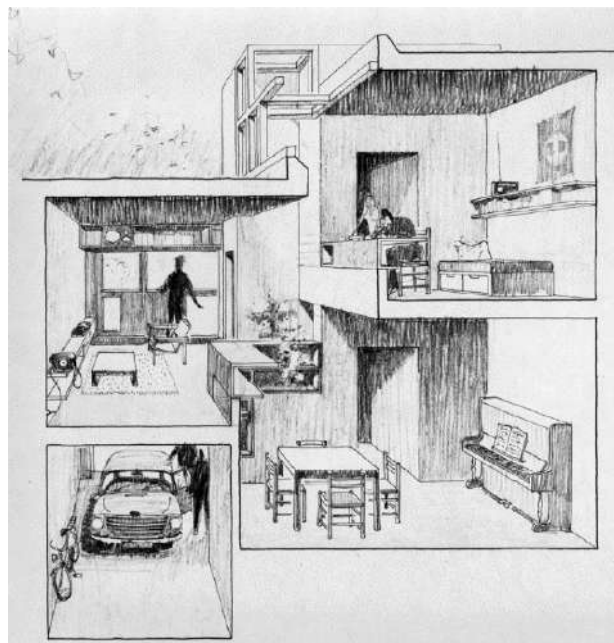


Figura 16 - Perspetiva de corte de uma *Diagoon House*. (Hertzberger, 2016).

Mais recentemente, em 2018, o escritório ANA architecten, também desenvolveu um edifício com base nestes conceitos, o *Sketchblock* (Figura 17), em Amesterdão, designado pelos próprios arquitetos como uma habitação tridimensionalmente flexível com uma grande liberdade de organização espacial (Figuras 18, 19 e 20).



Figura 17 - Imagem exterior dos Edifícios Sketchblock, de Open Building.

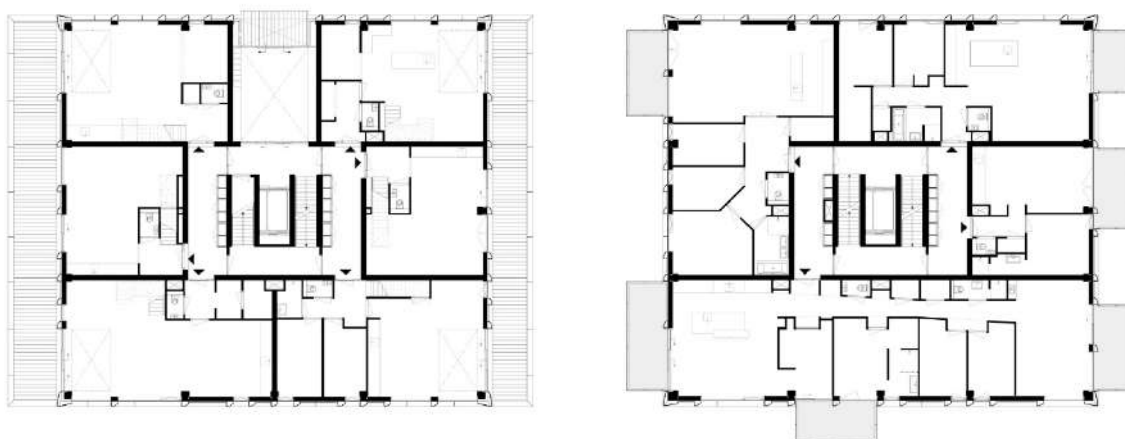


Figura 18 - Plantas de primeiro e segundo piso (respetivamente) de um edificio Sketchblock de Open Building.

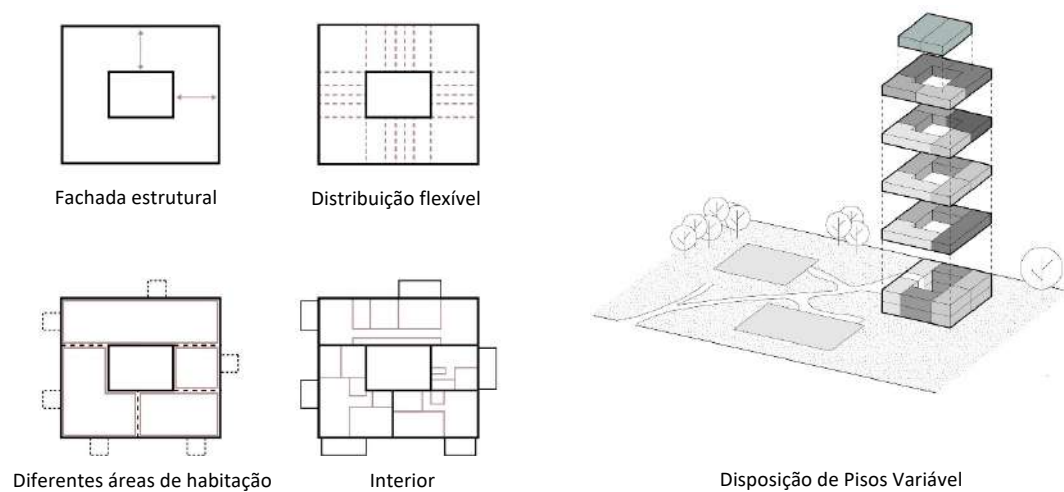


Figura 19 - Esquemas da flexibilidade da disposição espacial dos edifícios Sketchblock, adaptado de Open Building.

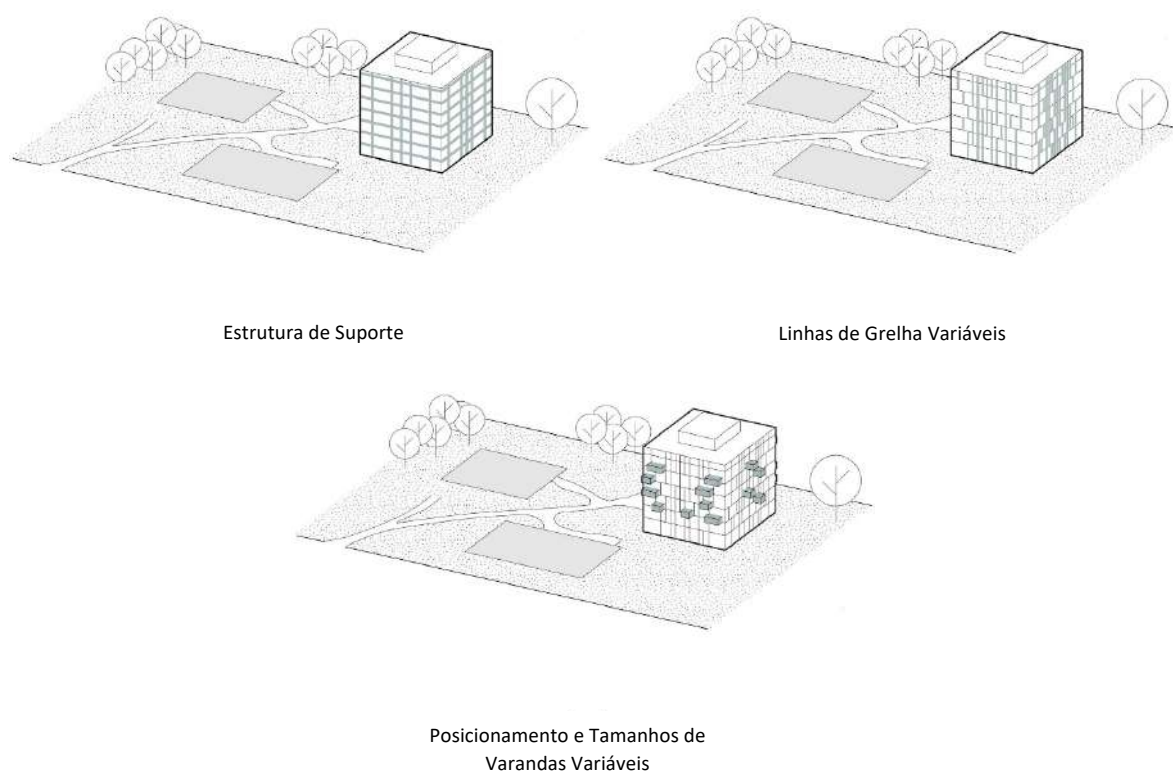


Figura 20 - Esquemas da flexibilidade das fachadas dos edifícios Sketchblock, adaptado de Open Building.

Embora a habitação flexível e adaptável ofereça muitas vantagens, também apresenta desafios. A implementação de soluções flexíveis pode aumentar os custos iniciais de construção e exigir um planeamento cuidadoso para garantir que as adaptações sejam realmente fáceis de realizar. Além disso, a manutenção da flexibilidade ao longo do tempo requer uma infraestrutura que suporte as mudanças, como sistemas de paredes móveis ou infraestruturas modulares.

No entanto, os benefícios superam estes desafios. A flexibilidade na habitação permite uma integração mais harmoniosa dos migrantes, promovendo a coesão social e respeitando as diversidades culturais. Além disso, como observam Till e Schneider (2005), esta abordagem não só melhora a qualidade de vida dos residentes, como também contribui para a sustentabilidade, ao prolongar a vida útil dos edifícios e reduzir a necessidade de novas construções.

2.6. O impacto dos diferentes tipos de habitação

As abordagens discutidas anteriormente, desde as habitações genéricas até aquelas especificamente desenhadas para determinadas culturas, passando por modelos flexíveis e adaptáveis, ilustram a diversidade de estratégias que podem ser empregues para promover uma integração mais eficaz dos migrantes na sociedade.

Cada uma destas abordagens tem um impacto distinto na coesão social, na integração cultural e na qualidade de vida dos migrantes. Habitações genéricas, embora práticas e amplamente aplicáveis, muitas vezes falham em atender às necessidades específicas dos migrantes, podendo resultar em dificuldades de adaptação e num sentimento de alienação. Como Robinson et al. (2007) observam, a falta de adaptação cultural na habitação pode levar ao isolamento social e à marginalização, dificultando a integração dos migrantes na sociedade de acolhimento.

Por outro lado, as habitações especificamente desenhadas para determinadas culturas, como exemplificado pela obra de Álvaro Siza Vieira em Haia, oferecem um ambiente que respeita e valoriza as tradições culturais dos migrantes, criando um sentido de pertencimento e identidade. No entanto, como Bolt et al. (2009) alertam, essa abordagem também pode resultar na segregação cultural, onde grupos específicos se isolam do

restante da sociedade, limitando as interações interculturais e potencialmente perpetuando a exclusão social.

A habitação flexível e adaptável, representada por projetos como o *Next21* em Osaka e o conceito de *Open Building* de Habraken, oferece uma solução equilibrada. Ao permitir que os espaços sejam configurados de acordo com as necessidades e preferências dos seus moradores, estas habitações promovem tanto a preservação cultural quanto a integração social. Como Till e Schneider (2005) argumentam, a flexibilidade na habitação não só facilita a adaptação dos migrantes, mas também apoia a coesão social, permitindo que diferentes culturas coexistam num ambiente partilhado e em constante evolução.

A arquitetura e o desenho de habitações desempenham um papel fundamental na forma como os migrantes se integram na sociedade de acolhimento. Uma abordagem única e uniforme para habitação dificilmente será adequada para todos os grupos culturais, e a diversidade de estratégias discutidas reflete a necessidade de soluções personalizadas e adaptáveis. Políticas habitacionais que incentivam a flexibilidade e a adaptabilidade, ao mesmo tempo em que reconhecem e respeitam as particularidades culturais, têm o potencial de promover uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa.

Além disto, estas estratégias devem ser complementadas por políticas públicas que combatam a discriminação e promovam a equidade no acesso à habitação. A colaboração entre arquitetos, urbanistas, sociólogos e as próprias comunidades migrantes é essencial para o desenvolvimento de habitações que não só atendam às necessidades imediatas, mas que também contribuam para a construção de uma sociedade multicultural e coesa.

CAPÍTULO 3: AS CULTURAS

3.1. Modo de viver nas diferentes culturas

Portugal tornou-se um ponto de encontro para diversas culturas, incluindo a hindu, islâmica e chinesa. Estas comunidades, embora minoritárias, têm desempenhado um papel importante na sociedade portuguesa, trazendo consigo tradições, modos de vida e práticas culturais que enriquecem a diversidade cultural do país.

Segundo o SEF (2022), em Portugal, em 2021, habitavam mais de 50.000 pessoas provenientes de países de cultura hindu, sendo a sua maioria procedente da Índia (30.251) e Nepal (21.545). No mesmo relatório observa-se que há muitos migrantes muçulmanos a residir em Portugal, provenientes principalmente de Bangladesh (10.936) e do Paquistão (7.499) e de vários outros países de cultura maioritariamente muçulmana, como o Irão, a Síria, a Turquia e o Uzbequistão, cada um deles com mais de um milhar de cidadãos a residir em território português. Também se analisa que, à data do relatório, 22.782 cidadãos chineses habitavam em Portugal, tendo assim uma forte presença no país.

As culturas hindu, islâmica e chinesa representam algumas das civilizações mais antigas e complexas do mundo, cada uma com tradições profundamente enraizadas e modos de vida distintos. Embora estas culturas partilhem aspetos comuns, como a importância da espiritualidade e da família, elas diferem significativamente em termos de práticas religiosas, estruturas sociais e visões de mundo.

3.1.1. Cultura hindu

A cultura *hindu*, predominantemente praticada na Índia e no Nepal, é moldada principalmente pela religião *hindu*, que é uma das mais antigas do mundo. O hinduísmo é uma religião que abrange uma ampla gama de crenças e práticas, mas a sua base está na ideia do *Dharma* (dever), *Karma* (ação e suas consequências) e *Moksha* (liberação do ciclo de renascimentos). Segundo Flood (1996), estes conceitos são fundamentais para entender o modo de vida hindu, que procura alinhar a vida cotidiana com estas noções espirituais.

Tradicionalmente, a sociedade hindu é estruturada pelo sistema de castas, que divide as pessoas em diferentes grupos sociais com base na hereditariedade e na ocupação, um aspeto discutido por Dumont (1980), que observa como este sistema, apesar de legalmente abolido, ainda influencia a organização social e as interações diárias na Índia

contemporânea. A reverência pelos mais velhos e a valorização da educação também são pilares centrais da vida hindu.

O hinduísmo é notável pela sua diversidade religiosa e tolerância, aceitando uma multiplicidade de deuses, rituais e caminhos espirituais. Esta pluralidade reflete-se na celebração de festivais como o *Diwali* (Festival das Luzes) o *Holi* (Festival das Cores), que simbolizam a vitória do bem sobre o mal e renovam as energias espirituais da comunidade (Fuller, 2004).

3.1.2. Cultura islâmica

A cultura islâmica está intimamente ligada aos ensinamentos do Islão, uma religião monoteísta que surgiu no século VII na Península Arábica. De acordo com Esposito (2011), o Islão guia todos os aspetos da vida dos muçulmanos, abrangendo práticas sociais, políticas e jurídicas, baseando-se nos cinco pilares do Islão: *Shahada* (profissão de fé), *Salat* (oração), *Zakat* (caridade), *Sawm* (jejum durante o Ramadão) e *Hajj* (peregrinação a Meca).

A vida quotidiana dos muçulmanos é fortemente influenciada pela *Sharia*, um conjunto de leis que rege tanto aspetos públicos quanto privados da vida, como casamento, finanças e alimentação (Ali, 2019). Além disto, o conceito de *Umma* (comunidade global de muçulmanos) promove a ideia de solidariedade e fraternidade entre os seguidores do Islão, independentemente da sua origem étnica ou nacionalidade.

A cultura islâmica valoriza tradições como a hospitalidade e o respeito às normas de comportamento, como o modo de vestir, muitas vezes orientado por princípios de modéstia (Ahmed, 2002). A família é a unidade central, e o casamento é visto como um contrato sagrado.

3.1.3. Cultura chinesa

A cultura chinesa é uma das mais antigas e influentes do mundo, marcada por uma rica herança filosófica, espiritual e artística. O Confucionismo, o Taoísmo e o Budismo são as principais correntes que moldaram a visão de mundo chinesa ao longo dos séculos. Segundo Fairbank e Goldman (2006), o Confucionismo, fundado por Confúcio, enfatiza a importância da moralidade, da ética e das relações sociais, especialmente no que diz respeito à família e ao governo.

Os princípios confucionistas, como *Ren* (benevolência) e *Li* (propriedade), guiam as interações sociais e a organização da sociedade chinesa (Nivison, 1996). O respeito pelos mais velhos e a reverência aos antepassados são aspectos fundamentais da cultura chinesa, refletidos na prática de rituais familiares e na manutenção de uma forte coesão social (Yao, 2000).

O Taoísmo, por outro lado, promove a harmonia com a natureza e o cultivo do *Wu Wei* (ação sem esforço), enfatizando a simplicidade e o desapego dos bens materiais (Kohn, 1993). O taoísmo influencia práticas espirituais e de saúde, como o *Tai Chi* e a medicina tradicional chinesa. O budismo, que chegou à China pela Rota da Seda, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da arte e da arquitetura religiosa (Zürcher, 2007).

Na China moderna, apesar da influência do governo comunista, que promoveu o secularismo, muitos aspectos das tradições confucionistas e budistas ainda estão presentes, especialmente na celebração de festivais como o Ano Novo Chinês e o Festival da Lua (Teiser, 1988).

Cada uma destas culturas oferece uma visão única do que significa viver em comunidade, com forte ênfase na família, na ética e no respeito às tradições. As diferenças e semelhanças entre elas ilustram a diversidade da experiência humana e a riqueza das civilizações globais.

3.2. Influência do modo de viver nas habitações

Os modos de viver das culturas hindu, islâmica e chinesa não apenas influenciam os costumes sociais e religiosos, mas também se refletem nas características arquitetônicas e nos estilos das habitações típicas destas culturas. A arquitetura residencial em cada uma destas culturas é profundamente moldada por crenças espirituais, estruturas sociais e valores culturais, resultando em espaços que não são apenas funcionais, mas também simbólicos, proporcionando aos moradores um ambiente que reflete as suas identidades culturais e religiosas.

3.2.1. Habitação na cultura hindu

Na cultura hindu, a casa é considerada um espaço sagrado, onde as interações familiares e espirituais são integradas num todo harmonioso. A arquitetura hindu tradicional segue os princípios do *Vastu Shastra*, uma antiga ciência indiana de arquitetura e planeamento que procura alinhar a residência com as forças cósmicas e naturais (Kumar, 2005). Este sistema é frequentemente comparado ao *Feng Shui* chinês, mas com raízes distintas nas tradições védicas.

De acordo com o *Vastu Shastra*, a disposição dos cômodos, a orientação das portas e janelas, e até mesmo a escolha de materiais de construção são cuidadosamente planeados para garantir que a casa esteja em sintonia com as energias universais. Por exemplo, a entrada principal de uma casa deve ser orientada para norte ou nascente, consideradas direções auspiciosas que trazem boa sorte e energia positiva para os moradores (Singal & Singal, 2015). Este princípio é seguido rigorosamente em muitas residências tradicionais na Índia, onde o posicionamento correto dos espaços é visto como essencial para a saúde e prosperidade da família (Figura 21).



Figura 21 - Esquema de distribuição dos espaços em função do Vastu Shastra, adaptado de Vaastu International.

O pátio central, ou *Aangan*, é uma característica comum nas habitações hindus, servindo como o coração da casa. Este espaço aberto, geralmente cercado por quartos em todos os lados, é projetado para permitir a entrada de luz natural e ventilação, criando um ambiente que promove a vitalidade e o bem-estar. O pátio também é usado para realizar rituais religiosos e festivais familiares, sublinhando o seu papel central na vida doméstica hindu (Acharya, 1946).

Para além do pátio central, muitas casas hindus incluem um espaço dedicado ao culto doméstico, conhecido como *puja room*. Este é um espaço sagrado reservado para a prática de rituais diários, orações e meditação. O *puja room* é normalmente localizado na parte mais tranquila e auspiciosa da casa, voltado para nascente ou norte, em conformidade com as orientações do *Vastu Shastra*. Este espaço não só serve como um local de devoção, mas também como um lembrete constante da importância da espiritualidade na vida quotidiana (Kumar, 2005).

A decoração interna das casas hindus também reflete a sua rica herança cultural e religiosa. Ícones e imagens de deuses e deusas, pinturas murais de cenas mitológicas e mandalas são comumente encontrados nas paredes das casas, criando um ambiente que inspira paz, devoção e equilíbrio espiritual.

3.2.2. Habitação na cultura islâmica

Na cultura islâmica, as habitações são profundamente influenciadas pelos princípios do Islão, que valorizam a privacidade, a hospitalidade e o respeito às normas religiosas. As casas muçulmanas tradicionais são projetadas para refletir estes valores, proporcionando um ambiente que protege a intimidade da família, enquanto permite o cumprimento das obrigações religiosas e sociais.

Uma característica central da arquitetura residencial islâmica é o pátio interno, ou *sahn*, que serve como o núcleo da vida familiar. Este pátio é geralmente rodeado por paredes altas, oferecendo privacidade completa e protegendo os membros da família de olhares externos. Além de proporcionar um espaço seguro e isolado para atividades familiares, o pátio interno também funciona como um regulador térmico, permitindo a circulação de ar e oferecendo sombra durante os meses quentes (Bianca, 2000). Esta configuração é comum em muitas regiões do mundo islâmico, desde as casas tradicionais do *Magrebe* até as residências no Oriente Médio.

A privacidade, ou *hijab*, é um conceito crucial na cultura islâmica, especialmente em relação às mulheres. As habitações islâmicas tradicionais são projetadas para garantir que as mulheres possam realizar as suas atividades diárias sem serem vistas por estranhos. Este princípio é evidente na organização interna das casas, onde há uma clara separação entre os espaços públicos, como a *majlis* (sala de receção), e os espaços privados, como os quartos e áreas de estar (Behrens-Abouseif, 1989). Nas casas otomanas, por exemplo, o andar térreo é geralmente reservado para os homens e visitantes, enquanto o andar superior é destinado à vida familiar e feminina.

Além disso, a arquitetura islâmica residencial incorpora frequentemente elementos decorativos como *mashrabiya*s (treliças de madeira, Figura 22) e *muqarnas* (nicho ornamental, Figura 23), que servem tanto como adornos quanto como mecanismos de controlo de luz e de temperatura. Estes elementos decorativos também refletem o respeito pela natureza e a procura pela beleza, princípios que estão alinhados com as orientações estéticas do Islão (Necipoglu, 1995). As *mashrabiya*s, por exemplo, são projeadas para permitir que as mulheres vejam o exterior sem serem vistas, enquanto regulam a entrada de luz e de ar na casa.



Figura 22 - Exterior e interior de uma mashrabiya.

<https://web.archive.org/web/20161010212127/http://www.panoramio.com/photo/2506802>



Figura 23 - Exemplo de muqarnas.

<https://stock.adobe.com/images/facade-of-the-abdul-aziz-khan-madrassah-in-bukhara/519774288>

As casas muçulmanas também são caracterizadas pela simplicidade e funcionalidade, refletindo os valores de modéstia e desapego material promovidos pelo Islão. A decoração é frequentemente minimalista, com ênfase em motivos geométricos e caligrafia árabe, que simbolizam a infinitude de Deus e a centralidade da fé na vida quotidiana (Ali, 2019). A ausência de representações humanas ou animais na decoração interna, conforme as tradições islâmicas, reflete a adesão ao monoteísmo rigoroso e a rejeição à idolatria.

3.2.3. Habitação na cultura chinesa

A cultura chinesa possui uma das tradições arquitetônicas mais antigas e influentes do mundo, com as suas habitações a refletir uma combinação única de influências filosóficas, sociais e espirituais. As residências tradicionais chinesas, como as *siheyuan* em Pequim e as *tulou* em Fujian, são construídas de acordo com princípios que enfatizam a harmonia, a hierarquia social e a integração com a natureza. As *siheyuan*, típicas da China imperial, são organizadas ao redor de um pátio central fechado por edifícios em todos os lados. Este desenho reflete a importância da família como núcleo social e a hierarquia dentro da unidade familiar. Segundo Knapp (2018), a orientação dos edifícios ao redor do pátio é cuidadosamente planeada para refletir a ordem social, com o edifício principal, geralmente localizado o norte, reservado para os membros mais velhos ou de maior classe. Os edifícios laterais são destinados aos membros mais jovens ou de menor classe, promovendo assim um senso de ordem e de respeito dentro da estrutura familiar (Fig. 24 e 25).

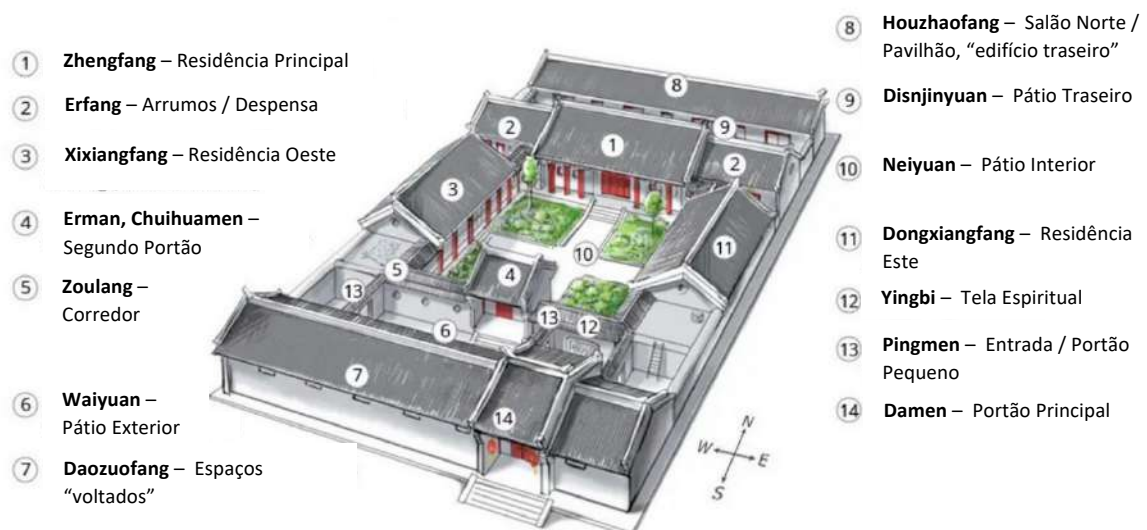


Fig. 24 - Axonometria esquemática de uma *siheyuan*, adaptada de China Highlights.

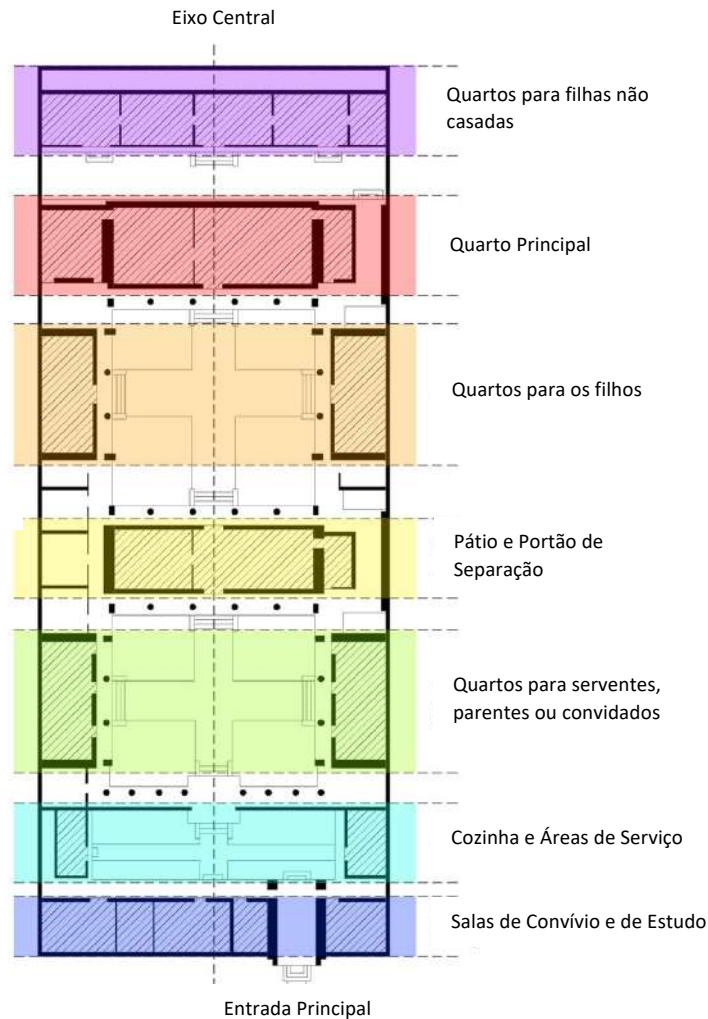


Fig. 25 - Planta esquemática de uma siheyuan, adaptada de AIA.

O pátio central nas casas chinesas não é apenas um espaço funcional, mas também simbólico. É frequentemente adornado com elementos naturais como plantas, água e pedras, que representam a harmonia entre o céu e a terra, de acordo com os princípios taoistas (Keswick & Jencks, 1978). A água, por exemplo, é considerada um símbolo de riqueza e prosperidade, enquanto as plantas e pedras simbolizam longevidade e resistência. Estes elementos naturais são integrados no desenho do pátio para criar um ambiente que promove a paz e o equilíbrio espiritual, refletindo a profunda conexão da cultura chinesa com a natureza.

Além das *siheyuan*, os *tulou* (Figura 26) são outro exemplo notável de habitação tradicional chinesa. Estas estruturas comunitárias fortificadas, encontradas

principalmente na província de Fujian, são projetadas para abrigar várias famílias sob um mesmo teto, promovendo a coesão social e a segurança (Huang, 2020). Os tulou são construídos à volta de um pátio central, com várias camadas de edifícios circundando-o (Figura 27). Esta morfologia reflete o valor que a cultura chinesa atribui à vida comunitária e à proteção coletiva, com cada família ocupando uma parte do complexo, mas partilhando espaços comuns.



Figura 26 - Fotografias do exterior e interior de um tulou (respetivamente).

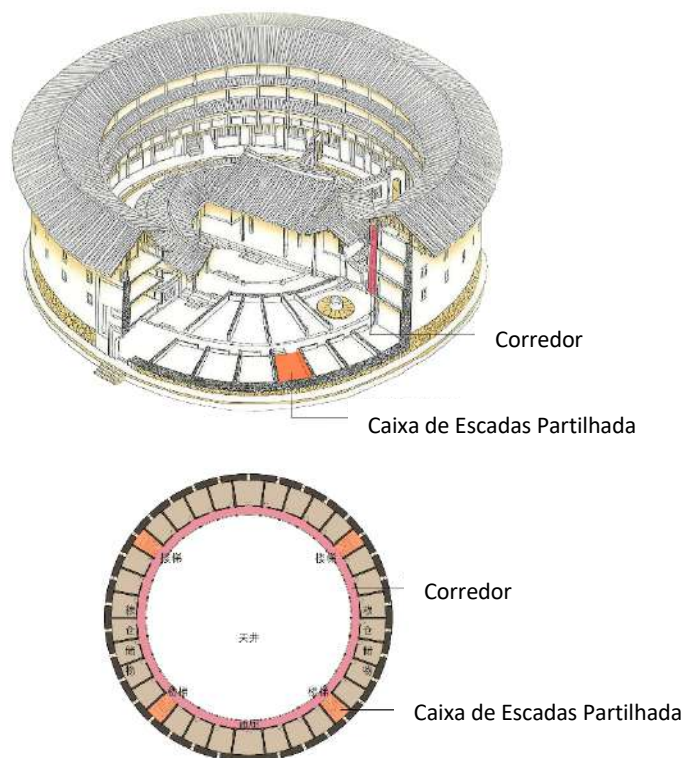


Figura 27 - Axonometria e planta esquemática de um tulou, adaptadas de Senses Atlas.

A orientação das casas chinesas também segue o *Feng Shui*, uma prática antiga que procura harmonizar os ambientes através da disposição correta dos espaços, considerando as forças naturais e espirituais (Huang, 2020). Segundo o *Feng Shui*, a localização e a orientação da casa devem ser cuidadosamente escolhidas para garantir o fluxo harmonioso do *Qi* (energia vital) e evitar a acumulação de energia negativa (Figura 28). Este princípio é evidente na disposição das portas, janelas e móveis nas casas tradicionais chinesas, onde cada elemento é colocado de maneira a maximizar a harmonia e o bem-estar dos moradores.



Figura 28 - Mapa Bagua Feng Shui, adaptado de Creative Feng Shui.

Outro elemento distintivo das habitações chinesas é o uso de portões e muros decorados com símbolos alvissareiros, como dragões, fénix e leões, que representam proteção, prosperidade e poder (Morgan, 2004). Estes símbolos são profundamente enraizados na cultura chinesa e são frequentemente usados para afastar espíritos malignos e atrair boa sorte. Os portões principais das casas são muitas vezes pintados de vermelho, uma cor que simboliza felicidade e fortuna, e adornados com inscrições caligráficas que expressam desejos de prosperidade e longevidade.

A decoração interna das casas chinesas também reflete a influência do confucionismo, que valoriza a ordem, a disciplina e a reverência pelos ancestrais. Imagens de antepassados, estatuetas de figuras reverenciadas e objetos rituais são comumente encontrados em lugares de destaque nas residências, simbolizando o respeito pelos ancestrais e a continuidade das tradições familiares (Wright, 1975). Estes elementos decorativos são cuidadosamente posicionados de acordo com o Feng Shui para garantir que os espíritos dos antepassados sejam honrados e que a família continue a prosperar.

Assim observa-se que as habitações típicas das culturas hindu, islâmica e chinesa são muito mais do que meros espaços físicos para abrigar pessoas; elas são reflexos profundos dos modos de viver, das crenças espirituais e dos valores culturais que definem estas sociedades. Cada cultura, através de suas práticas arquitetônicas, procura criar ambientes que não apenas atendam às necessidades físicas dos seus habitantes, mas que também proporcionem um espaço harmonioso e sagrado, alinhado com os valores culturais e espirituais.

Estas tradições arquitetônicas, embora distintas, partilham uma preocupação comum com a harmonia entre o ambiente construído e as forças espirituais que o permeiam. Através da orientação cuidadosa dos espaços, da integração com a natureza e da incorporação de símbolos culturais, as habitações hindu, islâmica e chinesa não só atendem às necessidades materiais dos moradores, como também servem como um lembrete constante da importância da espiritualidade, da família e da comunidade na vida quotidiana.

3.3. Discussão dos dados obtidos

As habitações tradicionais das culturas hindu, islâmica e chinesa oferecem uma rica tapeçaria de elementos arquitetônicos e culturais que refletem as profundas influências dos modos de viver de cada sociedade. Embora estas culturas sejam distintas nas suas origens geográficas, religiosas e sociais, a comparação das suas habitações revela tanto semelhanças quanto diferenças significativas, que nos ajudam a entender melhor como cada sociedade organiza o espaço doméstico em conformidade com seus valores e crenças.

Um dos aspetos mais marcantes que as habitações das três culturas partilham é a forte influência das crenças espirituais e filosóficas na organização e no desenho dos espaços. Na cultura hindu, os princípios do *Vastu Shastra* desempenham um papel central na arquitetura residencial, onde procuram harmonizar a casa com as forças cósmicas e naturais (Kumar, 2005). Similarmente, a arquitetura islâmica é profundamente moldada pelos ensinamentos do Islão, que enfatizam a privacidade, a modéstia e a hospitalidade, resultando na projeção de um espaço que protege a intimidade da família e promove a interação social dentro de um espaço seguro (Bianca, 2000). A cultura chinesa, por sua vez, incorpora os princípios do *Feng Shui* para garantir a harmonia entre o homem e a natureza, promovendo o fluxo equilibrado do *Qi* (energia vital) e alinhando os espaços de acordo com forças naturais e espirituais (Ludrup, 2012).

Embora as filosofias subjacentes variem, todas as três culturas demonstram uma preocupação comum em criar espaços que não apenas abriguem os seus habitantes, mas que também proporcionem um ambiente harmonioso e espiritualmente enriquecedor. A organização dos espaços e a escolha de materiais e orientações refletem uma procura por equilíbrio e harmonia, seja através do alinhamento com as direções cardeais no *Vastu Shastra*, da criação de pátios internos nas casas islâmicas para privacidade e ventilação, ou do uso de elementos naturais no *Feng Shui* chinês para promover o bem-estar.

Outra semelhança significativa entre as habitações destas culturas é a ênfase na estrutura familiar e na organização dos espaços de acordo com a hierarquia social. Nas residências hindu, islâmica e chinesa, a casa é frequentemente organizada em torno de um pátio central, que serve como o coração do lar. Este pátio é um espaço multifuncional, utilizado para atividades familiares, rituais religiosos e interação social. Nas casas hindus, o pátio simboliza a interseção entre o mundo físico e espiritual, proporcionando luz natural e

ventilação, enquanto serve como local para celebrações e cultos (Acharya, 1946). Na cultura islâmica, o pátio interno (*sahn*) oferece privacidade e proteção, sendo um local central para a vida familiar e para práticas religiosas como as orações diárias (Behrens-Abouseif, 1989). Nas residências chinesas, o pátio central não só promove a coesão familiar, como também é decorado com elementos naturais que simbolizam harmonia e longevidade, conforme os princípios taoistas (Keswick & Jencks, 1978).

Contudo, há diferenças marcantes na maneira como estes espaços são estruturados e utilizados. Na cultura hindu, a divisão dos espaços internos frequentemente segue uma orientação hierárquica e espiritual, com o *puja room* (espaço de culto) ocupando um lugar de destaque, refletindo a centralidade da religião na vida diária (Singal & Singal, 2015). Na arquitetura islâmica, a separação entre os espaços públicos e privados é mais pronunciada, com áreas distintas para homens e mulheres, reforçando as normas de privacidade e modéstia (Bianca, 2000). Por outro lado, nas casas chinesas, a hierarquia familiar é refletida na organização dos edifícios ao redor do pátio, com os membros mais velhos ou de maior estatuto a ocupar as áreas mais importantes da residência (Knapp, 2018). A vida comunitária é fortemente enfatizada, especialmente em habitações como os *tulou*, que abrigam várias famílias sob o mesmo teto, promovendo a coesão social e a segurança coletiva (Huang, 2020).

Os elementos decorativos e o simbolismo também desempenham um papel crucial nas habitações das três culturas, refletindo seus valores estéticos e espirituais. Na cultura hindu, a decoração interna muitas vezes inclui ícones de deuses e deusas, pinturas murais de cenas mitológicas e mandalas, que são projetados para criar um ambiente que inspire paz, devoção e equilíbrio espiritual. Estas representações visuais são uma extensão da rica herança religiosa da Índia, e cada elemento decorativo tem um significado simbólico profundo, destinado a proteger os habitantes e atrair energia positiva.

A arquitetura islâmica, por sua vez, é conhecida pela sua ornamentação geométrica e uso de caligrafia árabe, que são elementos-chave na decoração das casas. A geometria complexa e a caligrafia, que muitas vezes incluem passagens do Alcorão, não só servem como adornos estéticos, mas também como lembretes constantes da presença de Deus e dos preceitos do Islão (Necipoglu, 1995). A simplicidade e a funcionalidade prevalecem, com uma clara aversão a representações humanas ou animais, em conformidade com as tradições islâmicas que desencorajam a idolatria (Ali, 2019).

Nas habitações chinesas, a decoração é rica em simbolismo e profundamente influenciada pelas tradições confucionistas e taoístas. Portões e muros são frequentemente adornados com símbolos auspiciosos, como dragões, fénix e leões, que representam proteção, prosperidade e poder (Morgan, 2004). Estes elementos não são apenas decorativos, mas servem como talismãs contra espíritos malignos e atrativos de boa sorte. No interior das casas, a presença de imagens de antepassados, estatuetas e objetos rituais reflete a importância do respeito pelos ancestrais e a continuidade das tradições familiares (Wright, 1975). A disposição cuidadosa destes elementos de acordo com o *Feng Shui* visa garantir que o fluxo de energia dentro da casa seja harmonioso e que a prosperidade e o bem-estar sejam mantidas.

A comparação das habitações tradicionais das culturas hindu, islâmica e chinesa revela uma complexa interseção entre religião, filosofia e organização social. Embora cada cultura tenha desenvolvido as suas próprias abordagens arquitetónicas, há uma convergência significativa em termos de valores fundamentais, como a importância da harmonia espiritual, a centralidade da família e a proteção da privacidade.

As semelhanças incluem o uso de pátios centrais como o núcleo da vida familiar, a influência de princípios espirituais ou filosóficos no desenho das habitações, e a utilização de elementos decorativos que refletem os valores e crenças culturais. Estas semelhanças demonstram uma preocupação universal com a criação de ambientes de vida que não só atendam às necessidades físicas dos moradores, mas que também ofereçam um espaço para a expressão espiritual e cultural.

Todavia, as diferenças nas abordagens refletem as variações nas crenças religiosas e nos valores sociais de cada cultura. A ênfase na hierarquia e na orientação espiritual nas casas hindus, a separação rigorosa dos espaços públicos e privados nas habitações islâmicas, e a forte ligação com a natureza e a vida comunitária nas residências chinesas mostram como cada cultura interpreta e adapta os seus espaços de acordo com suas necessidades específicas e valores culturais.

Estas variações não apenas enriquecem a arquitetura global, como também oferecem abordagens valiosas sobre como diferentes sociedades moldam os seus ambientes de vida para refletir as suas identidades culturais e espirituais. Ao compreender as semelhanças e diferenças nas habitações das culturas hindu, islâmica e chinesa, podemos apreciar

melhor a diversidade e a complexidade das tradições arquitetônicas globais, bem como a profundidade dos modos de viver que essas arquiteturas abrigam e expressam.

CAPÍTULO 4:

CASO DE ESTUDO

4.1. O Bairro

Tendo em consideração os dados apresentados anteriormente, foi iniciada a transposição dos mesmo para o caso de estudo que é apresentado. Neste é pretendido a criação de um bairro multi e intercultural, numa zona periurbana da cidade de Barcelos (Figura 29), caracterizada pelo contraste entre a malha urbana consolidada do centro da cidade e a fragmentação característica da sua envolvente, bem como pelo seu declive orgânico.

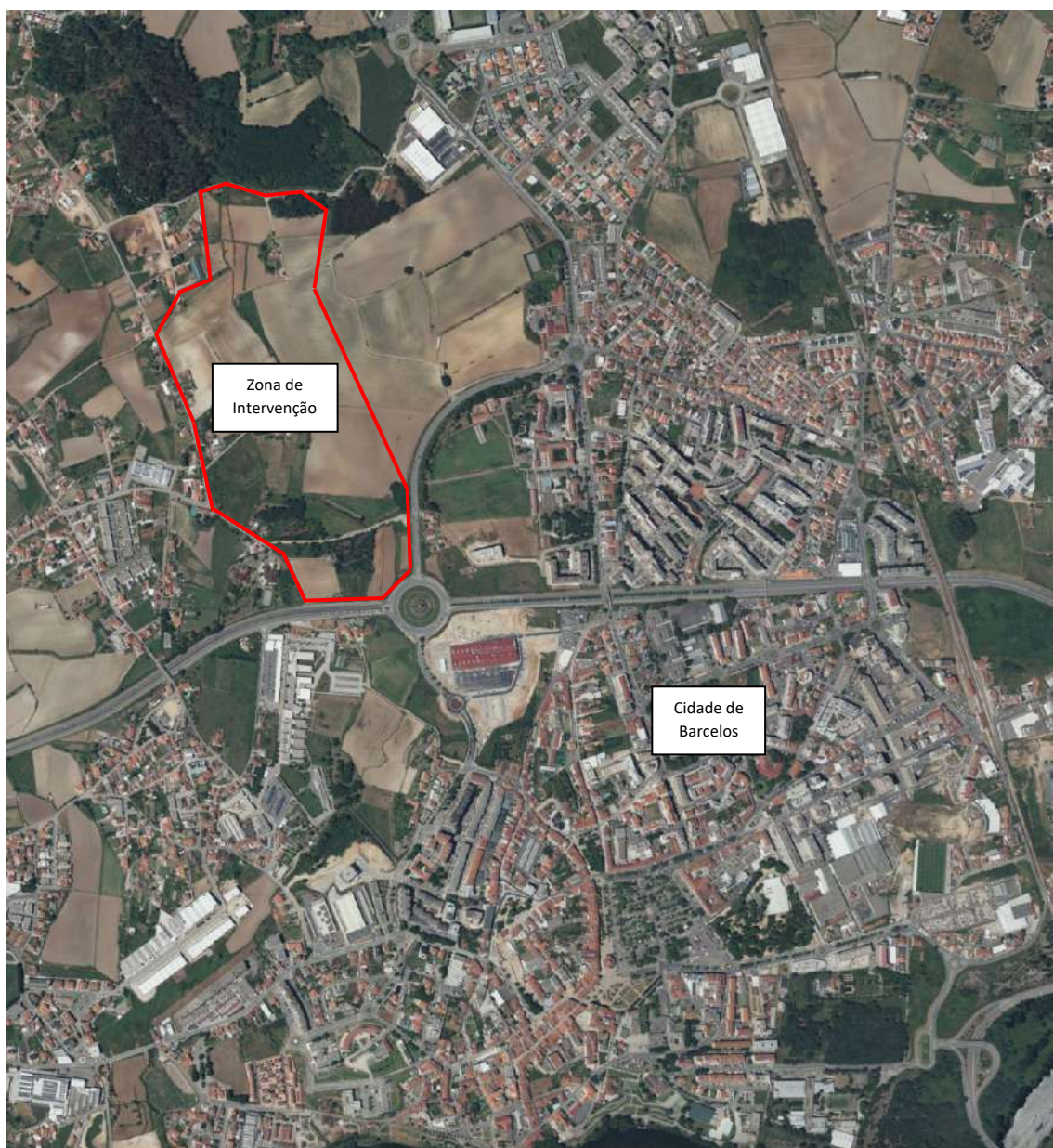


Figura 29 - Localização da zona de intervenção do caso de estudo.

4.1.1. Conceito e objetivos

A proposta de intervenção tem como base o conceito de bairro multi e intercultural, que se define como um espaço pensado para acolher, de forma equitativa, as diversas etnias e comunidades que o compõem. O objetivo central é promover uma convivência harmoniosa entre diferentes culturas, eliminando qualquer forma de discriminação ou preconceito. Este conceito procura criar um ambiente onde todas as pessoas se sintam respeitadas e valorizadas, independentemente das suas origens, promovendo a integração e o sentido de pertença a uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao implementar um bairro com estas características, procura-se contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais coesa, onde o respeito pelas diferenças culturais é fundamental. Pretende-se fomentar interações sociais positivas e fortalecer os laços comunitários através da organização de atividades conjuntas que promovam a convivência saudável e o entendimento mútuo. Além disso, dá-se especial importância à exploração e valorização das expressões artísticas e culturais das diversas comunidades residentes, criando um ambiente rico em diversidade.

Outro ponto essencial é a partilha de conhecimentos e experiências entre as comunidades, o que pode enriquecer a vida de todos os envolvidos. A proposta visa, assim, não apenas integrar, mas também celebrar as diferenças, reconhecendo que a diversidade cultural é uma fonte inestimável de aprendizagem e desenvolvimento para a sociedade como um todo.

4.1.2. Composição

A morfologia geral do bairro encontra-se diretamente relacionada com a morfologia do terreno em que este se insere, tanto no posicionamento dos edifícios (Figura 30) como na altimetria dos mesmos (Figuras 31 e 32).

Para além de edifícios de habitação, este bairro conta com espaços de serviço e comércio, anfiteatros, espaços desportivos e infantis, e também com edifício cultural e ecuménico (Fig. 33). Todos estes espaços e edifícios têm como objetivo a dinamização e utilização do bairro como um todo, de modo a promover a interação e partilha entre os seus habitantes. Estes espaços encontram-se conectados por um percurso pedonal que para além de unir o bairro, também o conecta com os restantes espaços da cidade.



Figura 30 - Planta geral de intervenção do bairro.

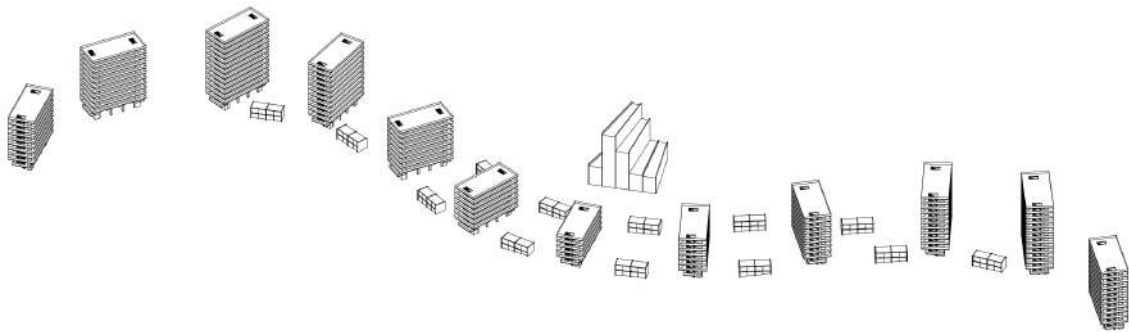


Figura 31 - Axonometria do bairro.

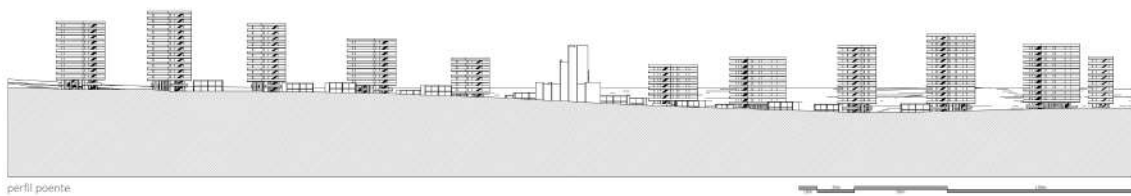


Figura 32 - Perfil poente do bairro.

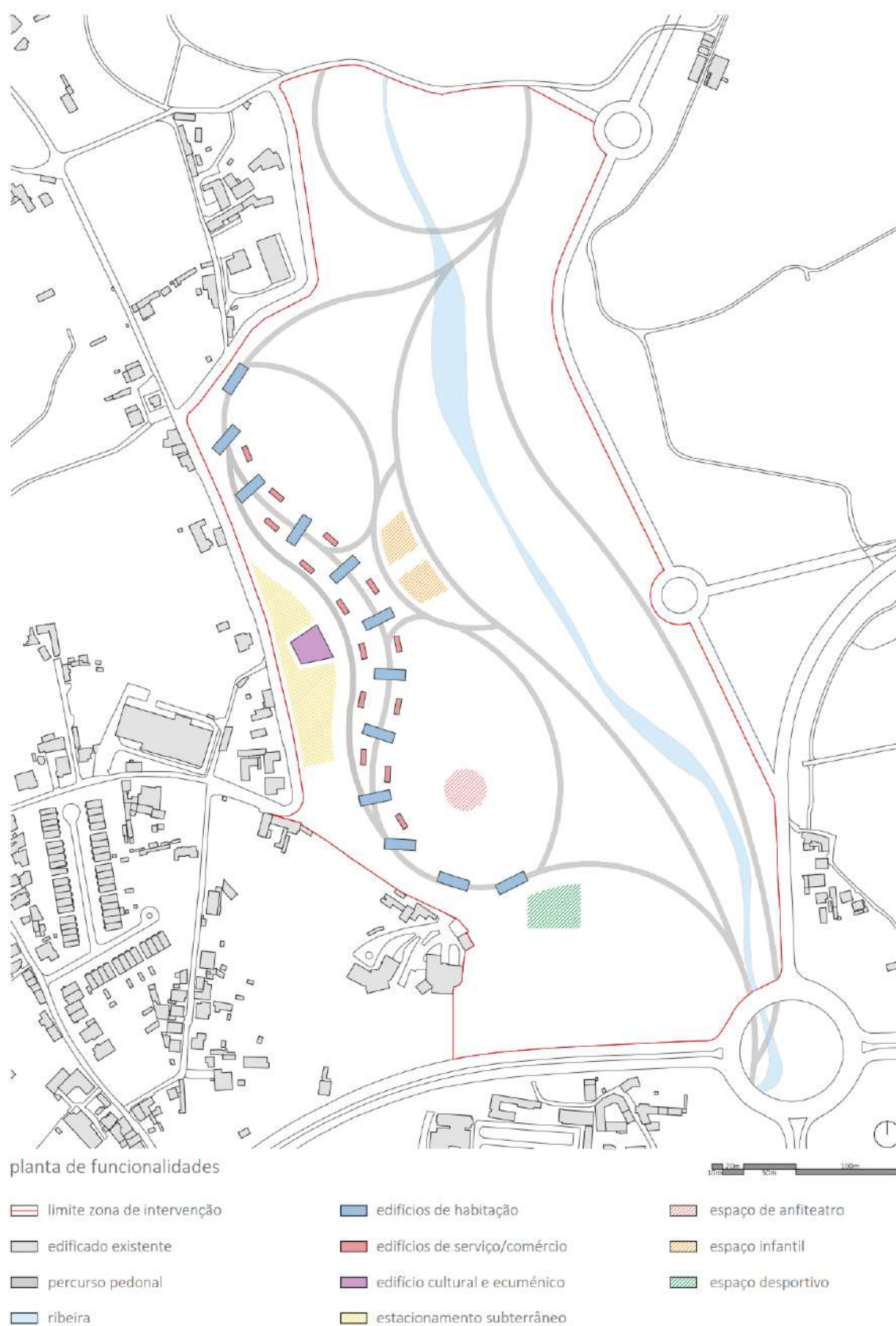


Figura 33 - Planta de funcionalidades do bairro.

4.2. Os edifícios de habitação

As habitações são concebidas para serem parte de um "bairro intercultural", o que demanda uma abordagem inovadora e sensível às necessidades de cada morador. Neste contexto, a ideia é que as residências sejam projetadas com flexibilidade e capacidade de adaptação, criando estruturas que possam evoluir ao longo do tempo, em consonância com as necessidades dos seus habitantes. Estas características são essenciais para que as casas sejam inclusivas, respondendo adequadamente a diferenças de etnia, cultura, organização familiar e estilos de vida. Desta forma, torna-se possível que todos os moradores encontrem um espaço que se molda a quem eles são e ao que precisam, fazendo com que a moradia seja mais do que apenas um local para viver, mas sim um ambiente que os acolhe de maneira única.

O projeto propõe a criação de "lotes" verticais, uma estrutura que pode assumir diferentes formas e tipologias com base nas necessidades específicas de cada família ou grupo de habitantes. Estes "lotes" verticais possibilitam uma grande diversidade de usos e personalizações, permitindo que cada unidade seja moldada para abrigar programas variados, conforme o estilo de vida e as necessidades dos moradores. Esta versatilidade é essencial, pois, ao invés de serem limitadas a um modelo de moradia unifamiliar térrea, as habitações assumem uma nova abordagem, elevando-se em altura e adotando o conceito de edifício integrado. Esta mudança para uma estrutura vertical permite otimizar o espaço urbano, ao mesmo tempo em que proporciona uma experiência de habitação personalizada.

4.2.1. Sistema construtivo e materialidade

O edificado é formado por uma estrutura de betão armado que funciona como o "esqueleto" do edifício (Figura 34). Esta estrutura é suportada por duas paredes estruturais, com 50cm de espessura, e por quatro pilares circulares com 80cm de diâmetro. As infraestruturas do edifício encontram-se contidas nestes elementos estruturais. Cada piso apresenta-se sobre uma laje maciça em betão armado de 40cm, que posteriormente contará com mais 10cm de enchimento, sobre os quais se sobrepõem as unidades habitacionais.

De modo a contrastar com o betão à vista que se encontra nos elementos estruturais, os módulos habitacionais são efetuados em madeira, mais precisamente em CLT. Aliados à

madeira e ao betão estão o aço e o alumínio, que são utilizados nas guardas, nas escadas e nos vãos exteriores das habitações.

No interior das habitações podemos encontrar soalho em madeira, que se estende até aos 90cm das paredes, que posteriormente seguem até ao teto em gesso cartonado, que se repete nos tetos. Nas zonas de instalações sanitárias e arrumos, a madeira é substituída por azulejo cerâmico.

Como forma de isolamento, o interior das paredes, bem como os chãos e tetos, conta com lã de rocha e com telas acústicas que permitem o bom comportamento térmico e acústico da habitação.

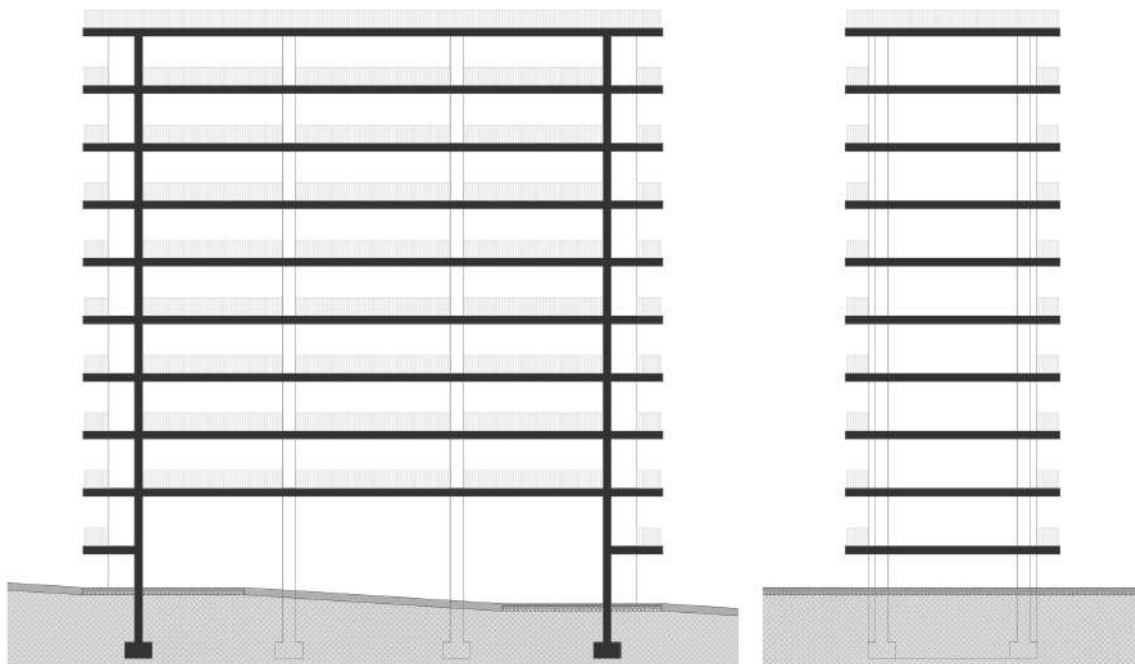


Figura 34 - Corte longitudinal e transversal.

4.2.2. Os acessos

Os acessos às habitações são feitos verticalmente através de duas zonas de escadas e elevadores nos topos nascente e poente do edifício (Figuras 35 e 36). Todas as habitações podem ser acedidas através de ambas as zonas de acessos verticais, uma vez que as duas nos levam à laje, que funciona como acesso horizontal e como espaço exterior da respetiva habitação.

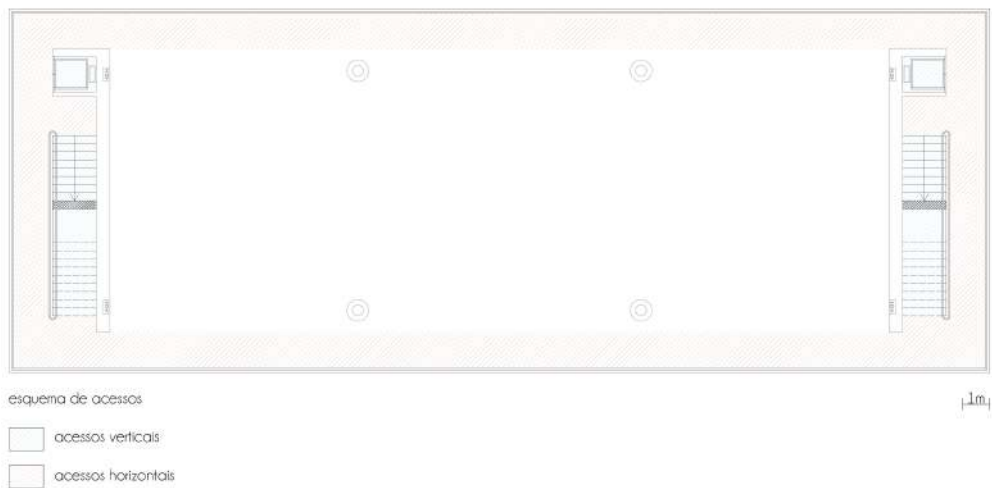


Figura 35 - Planta esquemática dos acessos verticais e horizontais dos pisos habitacionais.

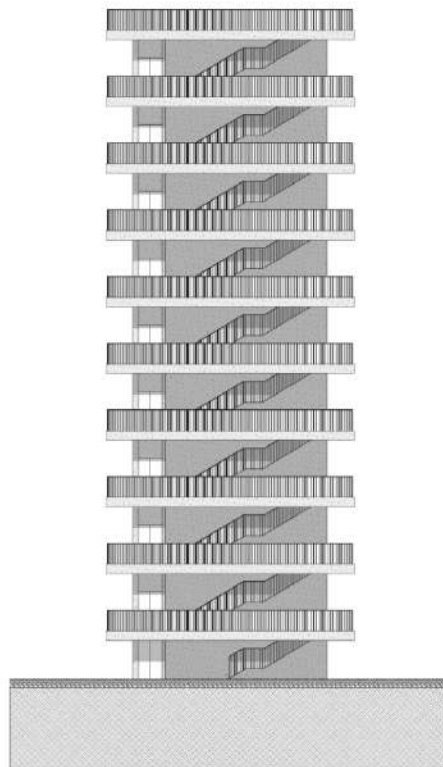


Figura 36 - Acessos verticais no alçado poente.

4.3. As habitações

O conceito de edifício integrado vai além de uma simples habitação, propondo que cada unidade habitacional funcione como um espaço dinâmico, onde os moradores possam fazer ajustes, adaptações e até transformações ao longo do tempo. Esta possibilidade de adaptação ao longo dos anos torna-se particularmente relevante num bairro multicultural, onde diferentes costumes e estilos de vida coexistem e evoluem. Cada família, independentemente da sua origem ou do seu núcleo familiar, pode personalizar e modificar o seu espaço à medida que as suas necessidades mudam. Assim, o projeto não apenas promove a inclusão, mas também se adapta ao futuro, permitindo que os habitantes transformem o espaço conforme os seus desejos e estilos de vida se desenvolvem. Em suma, trata-se de um modelo habitacional pensado para longo prazo, capaz de atender às expectativas de uma população diversa e em constante mudança.

4.3.1. Os módulos habitacionais

De modo a obter a flexibilidade e evolutividade pretendidas, cada módulo habitacional será formado através de dois espaços modulares (Figura 37):

- módulo 7,80m x 5,20m - destinado a espaços sociais e privados.
- módulo 2,60m x 5,20m - destinado a espaços de circulação.

Estes módulos poderão ser construídos no local através de paredes modulares em CLT, permitindo uma rápida construção dos espaços. A colocação dos módulos de espaços poderá ser efetuada como demonstrado na Figura 38.

Longitudinalmente, os módulos maiores devem ser sempre rematados (ao centro) por módulos menores, permitindo a circulação entre o interior e exterior do edifício.

Assim, cada habitação poderá conter entre 1 e 5 módulos maiores e entre 1 e 4 módulos menores, criando a flexibilidade pretendida. Para além disto, a construção modular permite também a ampliação sistemática dos módulos habitacionais, criando também uma evolutividade que será analisada posteriormente.

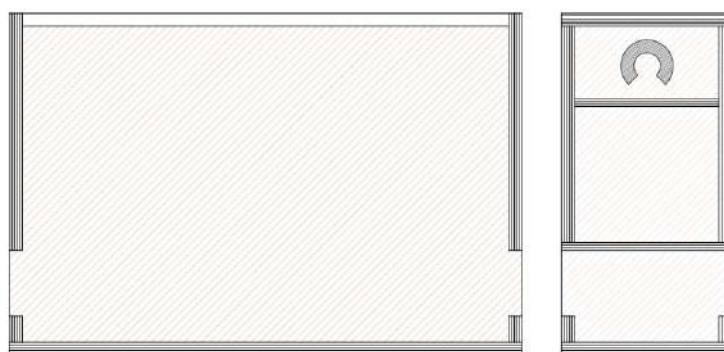


Figura 37 - Módulos dos cômodos.

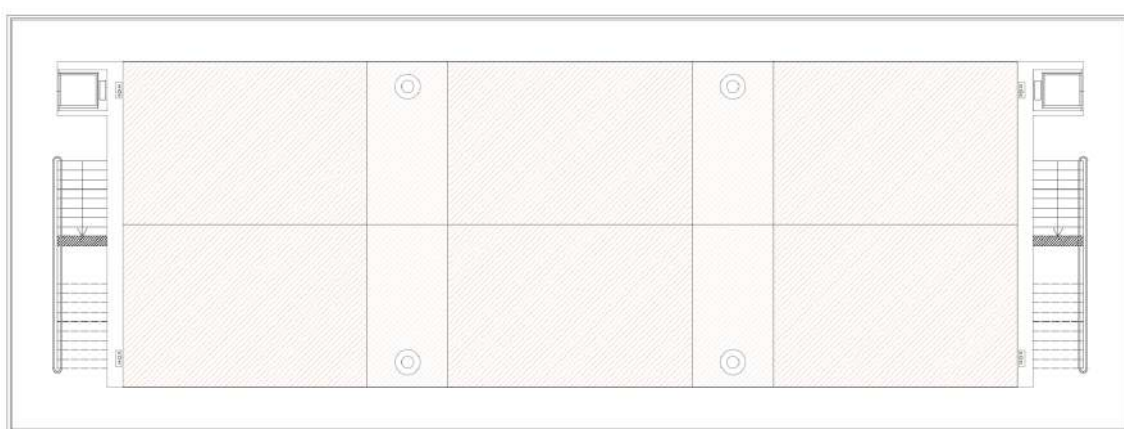


Figura 38 - Possível posicionamento dos módulos dos cômodos.

4.3.2. Flexibilidade e evolutividade

Com a distribuição de espaços analisada anteriormente, e com a possível variação do número de espaços modulares, esta proposta permite a realização de 39 volumetrias de habitação diferentes, permitindo responder às mais diversas necessidades dos diferentes agregados familiares que lá poderão habitar. A Figura 39 mostra todas as formas em que os módulos habitacionais se podem distribuir.

A flexibilidade apresentada anteriormente está também associada à capacidade que a habitação tem de evoluir.

Sendo a construção modular, esta pode ser efetuada rapidamente, e adaptada à construção já existente. Deste modo, o módulo habitacional pode não só adaptar-se às necessidades atuais dos seus moradores, como a eventuais necessidades futuras. Na Figura 40 pode observar-se um breve exemplo de como esta evolução pode ocorrer.

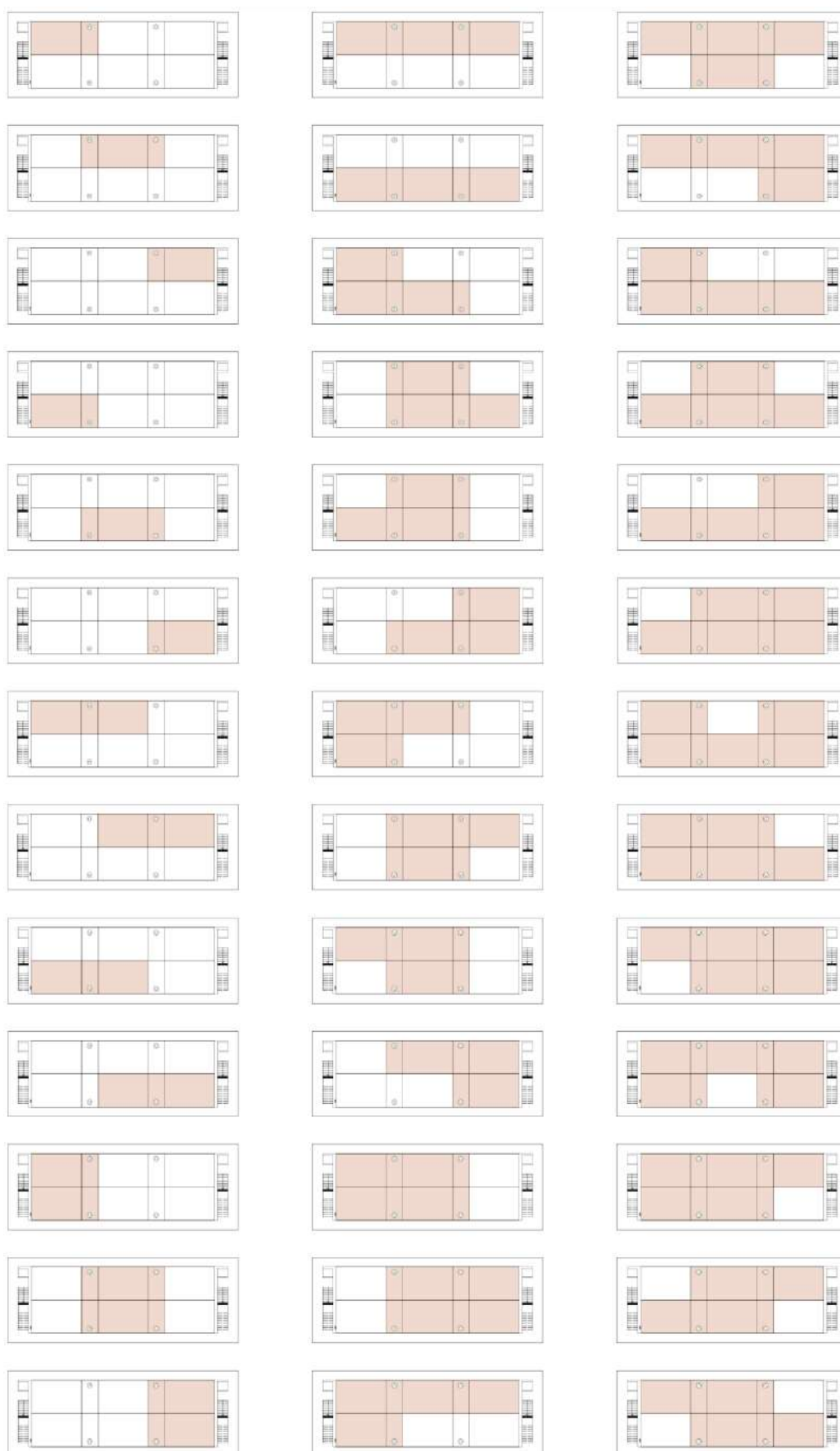


Figura 39 - Diferentes morfologias que podem ser adotadas pelas habitações.

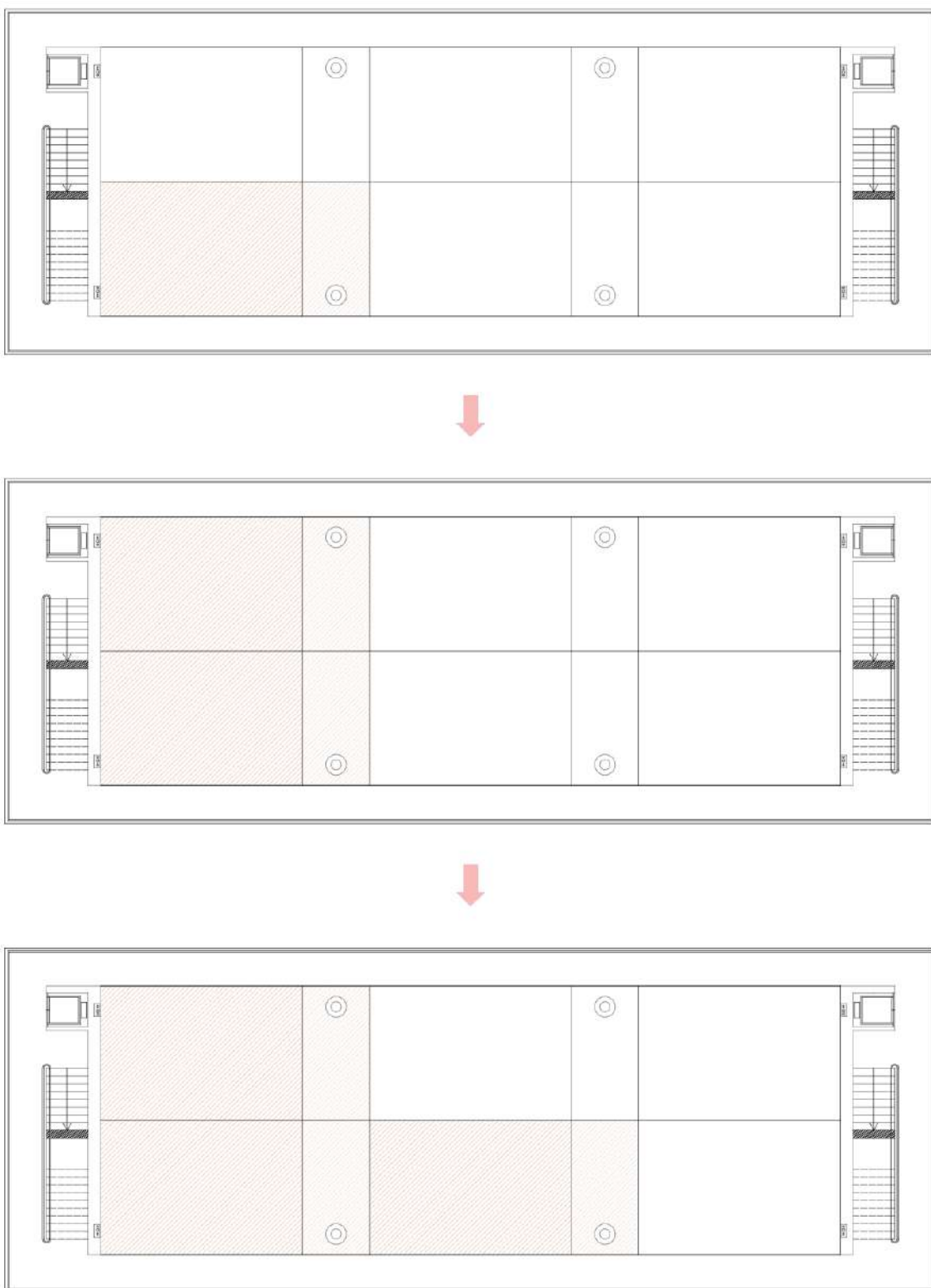


Figura 40 - Exemplo de uma possível evolução da habitação.

4.4. Plantas habitacionais

Aliando a pesquisa efetuada sobre as culturas, com os princípios de construção selecionados, desenvolvemos uma habitação para cada uma das três culturas estudadas. Estas são apenas um de muitos exemplos de distribuição espacial capaz de responder a várias das necessidades culturais individuais, havendo muitos outros capazes de responder a outras nuances mais particulares.

4.4.1. Planta da habitação hindu

Para a habitação da cultura Hindu, as principais preocupações foram a orientação dos diferentes cômodos, de modo a irem de encontro com o *Vastu Shastra*, bem como a presença de um pátio ou espaço aberto (Figura 41).



Figura 41 - Organograma funcional da habitação da cultura hindu.



Figura 42 – Exemplo de planta da habitação hindu.

Com a entrada a Norte, procedente a um pátio exterior, esta habitação conta com uma sala de meditação no seu extremo nordeste. A localização dos dois quartos, da cozinha e espaço de refeições e de uma sala de estar adjacente à entrada, também se encontra de acordo com os princípios do *Vastu Shastra* (Figura 42).

4.4.2. Planta da habitação muçulmana

Para a habitação Muçulmana, por sua vez, o principal aspeto a ter em conta, foi a separação entre o espaço público (social) e privado da casa, que conta com uma sala de receção próxima à entrada principal da mesma, que efetua a separação anteriormente descrita (Figura 43).

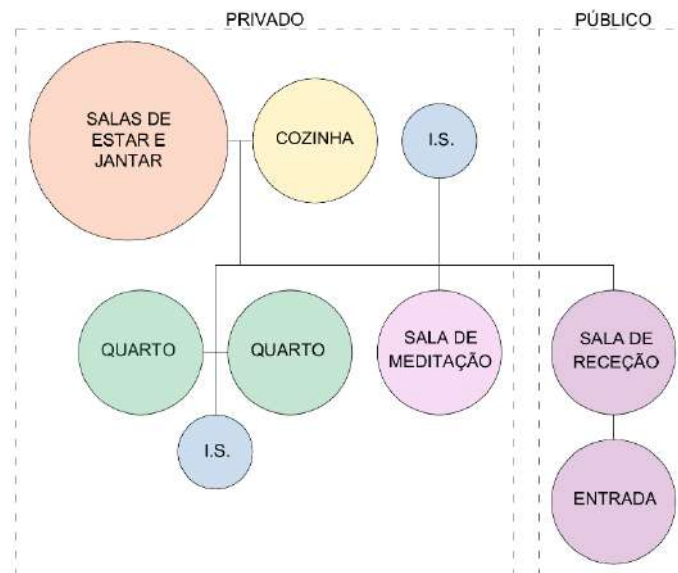


Figura 43 - Organograma funcional da habitação da cultura muçulmana.



Figura 44 - Exemplo de planta da habitação muçulmana.

A entrada principal desta habitação encontra-se a nascente, que nos leva até uma sala de receção, idealizada para acolher visitas não pertencentes ao agregado familiar. Há também uma entrada secundária, a poente, que nos leva diretamente para o seio privado da habitação (Figura 44).

Esta separação entre o espaço público e privado da habitação, bem como a presença de uma sala de oração, são os principais pontos para a resposta às necessidades desta cultura.

4.4.3. Planta da habitação chinesa

Tal como na Habitação Hindu, a orientação dos espaços teve um papel fundamental na idealização do organigrama funcional para a Habitação Chinesa (Figura 45). Para esta foram utilizados os princípios do *Feng Shui* e do Mapa *Bagua*.

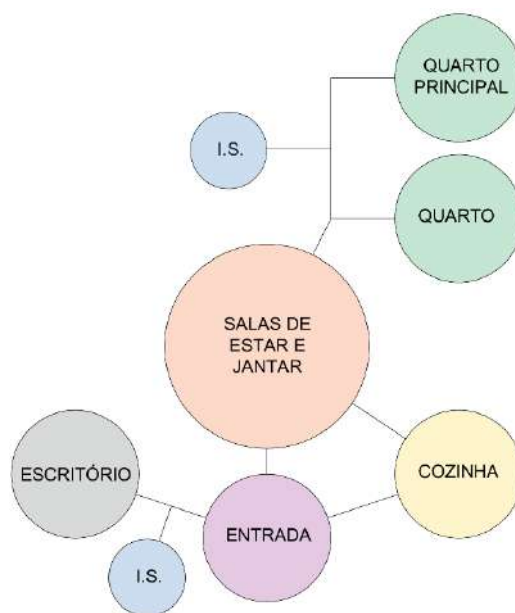


Figura 45 - Organigrama funcional da habitação da cultura chinesa.



Figura 46 - Exemplo de planta da habitação chinesa.

Tendo a entrada numa zona central sul, que sequentemente nos leva até à cozinha, zonas de estar e quartos, na zona norte, este modelo pretende responder aos princípios do *Feng Shui* e do Mapa *Bagua* (Figura 46).

4.5. O edifício

Uma vez que cada piso do edifício pode conter diversas morfologias, isto faz com que o edificado final não seja estático, podendo tomar inúmeras variações. As imagens das Figuras 47, 48, 49 e 50 mostram uma de várias soluções para um edifício com oito habitações, cada uma delas diferente.



Figura 47 - Fachada sul de um possível edifício intercultural.



Figura 48 - Fachada sul nascente de um possível edifício intercultural.



Figura 49 - Fachada norte de um possível edifício intercultural.



Figura 50 - Pormenor da fachada sul de um possível edifício intercultural.

CONCLUSÕES

Concluindo a análise dos conceitos abordados e objetivos traçados, observa-se que o desenvolvimento de soluções habitacionais flexíveis, sustentáveis e culturalmente inclusivas é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos impostos pelo aumento dos movimentos migratórios. As estimativas das Nações Unidas revelam o crescimento expressivo no número de pessoas a residir fora do seu país de origem, reforçando a importância de um modelo habitacional que seja capaz de acolher a pluralidade cultural e de integrar os diferentes modos de habitar trazidos por cada comunidade.

Desta forma, um modelo habitacional adaptável revela-se fundamental para garantir a coesão social em comunidades culturalmente diversas e para a construção de um ambiente urbano mais acolhedor e resiliente. A proposta de "lotes verticais" descrita no estudo representa uma solução inovadora e versátil, que desafia o conceito de habitação unifamiliar tradicional ao oferecer uma estrutura habitacional que pode evoluir conforme as necessidades de cada família e de cada cultura. A introdução de plantas livres e espaços configuráveis permite que os espaços sejam personalizados, adaptados e transformados ao longo do tempo, promovendo uma integração sustentável entre moradores e comunidade, e conferindo ao edifício um papel ativo na inclusão social e na promoção do respeito mútuo entre diferentes culturas.

Este modelo habitacional flexível responde não apenas às necessidades imediatas dos migrantes, mas antecipa possíveis mudanças futuras nas comunidades e nos espaços urbanos. Em vez de impor um modelo rígido, promove a coexistência harmônica de diferentes culturas, oferecendo liberdade para que cada residente possa adaptar o seu espaço conforme suas referências culturais e pessoais. Esta abordagem é suportada por uma proposta que compreende a habitação como um ambiente dinâmico e multifuncional, em sintonia com uma arquitetura progressista e consciente das mudanças demográficas, permitindo que o espaço urbano se molde à diversidade e contribua para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Além disto, a interseção de disciplinas como arquitetura, sociologia, antropologia e planejamento urbano e rural torna-se particularmente relevante para a concepção deste modelo habitacional intercultural. Estas áreas contribuem com perspectivas fundamentais para a compreensão das necessidades específicas e dos significados do habitar entre diferentes culturas, revelando a complexidade dos processos de integração. A abordagem interdisciplinar permite que a concepção do espaço habitacional respeite as tradições e

valores das comunidades, promovendo um ambiente de acolhimento e respeito pela diversidade cultural. Ao focar-se na análise de elementos formais, dimensionais e funcionais das habitações tradicionais de comunidades hindus, islâmicas e chinesas, o estudo reforça a importância de projetar um espaço que seja apropriadamente moldável e adaptável às expectativas culturais dos residentes.

Este modelo habitacional configura-se, portanto, como um ambiente que responde tanto às necessidades de acolhimento e integração das comunidades migrantes quanto às exigências de um urbanismo sustentável e resiliente. O conceito de "lotes verticais" com uma planta livre apropria-se das melhores práticas e diretrizes de flexibilidade arquitetônica, possibilitando a configuração de um espaço que se adapta aos seus habitantes e oferece oportunidades para o desenvolvimento de uma convivência pacífica e enriquecedora. A estrutura é projetada para que cada unidade possa ser personalizada e alterada ao longo do tempo, o que permite aos seus moradores viver num ambiente que não apenas acolhe a sua cultura e tradições, mas também favorece uma interação genuína e respeitosa com outras culturas com quem partilham o mesmo espaço.

Assim, o estudo não apenas apresenta um modelo habitacional que se adapta à complexidade dos contextos multiculturais, mas também desafia a arquitetura a assumir um papel mais inclusivo e integrador. Ao propor soluções de habitação flexíveis e sustentáveis, o estudo contribui para a construção de ambientes urbanos que promovam a diversidade, a integração e o respeito cultural. Estes espaços construídos não apenas fortalecem a resiliência e a sustentabilidade, mas também criam condições para que se desenvolvam comunidades harmoniosas e culturalmente ricas, capazes de transformar a arquitetura numa ferramenta de inclusão e acolhimento da diversidade humana. A habitação torna-se, assim, uma extensão do próprio direito à cidade, na qual o espaço é configurado para servir a todos, respeitando as suas identidades e favorecendo a criação de uma convivência intercultural sólida e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- Acharya, P. K. (1946). *An Encyclopaedia of Hindu Architecture*. London Oxford University Press.
- ACNUR (2021). *Global Trends: Forced Displacement in 2020*. <https://www.unhcr.org/globaltrends2020/>
- Ager, A., & Strang, A. (2008). Understanding Integration: A Conceptual Framework. *Journal of Refugee Studies*, 21(2), 166-191. <https://doi.org/10.1093/jrs/fen016>
- Ahmed, A. S. (2002). *Discovering Islam: Making Sense of Muslim History and Society*. Routledge.
- AIMA I.P. – DPEE. (2024). *Relatório de Migrações e Asilo 2023*. AIMA I.P. – Agência para a Integração, Migrações e Asilo.
- Ali, A. (2019). *The Spirit of Islam*. Tawasul International.
- Amin, A. (2002). *Ethnicity and the multicultural city: living with diversity*. Sage Journals.
- Awan, N., Schneider, T., & Till, J. (2011). *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*. Routledge.
- Baganha, M. I., Marques, J. C. (2001). *Imigração e Política: O Caso Português*. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Banco Mundial (2018). *Migration and Remittances: Recent Developments and Outlook – Transit Migration*. Migration and Development Brief; No. 29.
- Behrens-Abouseif, D. (1989). *Islamic Architecture in Cairo: An Introduction*. The American University in Cairo Press.
- Beider, H. (2012). *Race, Housing & Community: Perspectives on Policy and Practice*. Wiley-Blackwell.
- Betts, A., & Collier, P. (2017). *Refuge: Transforming a Broken Refugee System*. Penguin Books.
- Bianca, S. (2000). *Urban Form in the Arab World: Past and Present*. Thames & Hudson.

- Bolt, G., Ozuekren, A. S., & Phillips, D. (2009). Linking Integration and Residential Segregation. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(2), 169-186. <https://doi.org/10.1080/13691830903387238>
- Castles, S. (2000). *Ethnicity and Globalization: From Migrant Worker to Transnational Citizen*. Sage Publications.
- Castles, S. (2010). Understanding global migration: A social transformation perspective. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. 36(10), 1565-1586. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2010.489381>
- Castles, S., & Miller, M. J. (2009). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. Palgrave Macmillan.
- Degen, M., & García, M. (2012). The transformation of the 'Barcelona Model': An Analysis of Culture, Urban Regeneration, and Governance. *International Journal of Urban and Regional Research*, 36(5), 1022-1038. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2012.01152.x>
- Docquier, F., & Rapoport, H. (2012). Globalization, Brain Drain, and Development. *Journal of Economic Literature*, 50(3), 681-730. <https://doi.org/10.1257/jel.50.3.681>
- Dumont, L. (1980). *Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications*. University of Chicago Press.
- Esposito, J. L. (2011). *What Everyone Needs to Know About Islam*. Oxford University Press.
- Fairbank, J. K. & Goldman, M. (2006). *China: A New History*. Harvard University Press.
- Fathy, H. (2000). *Architecture for the Poor: An Experiment in Rural Egypt*. University of Chicago Press.
- Flood, G. (1996). *An Introduction to Hinduism*. Cambridge University Press.
- Fincher, R., & Jacobs, J. M. (1998). *Cities of Difference*. Guilford Press.
- Fukuyama, F. (2018). *Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment*. Farrar, Straus and Giroux.
- Fuller, C. J. (2004). *The Camphor Flame: Popular Hinduism and Society in India*. Princeton University Press.

- Geddes, A., & Scholten, P. (2016). *The Politics of Migration and Immigration in Europe*. Sage Publications.
- Hertzberger, H. (2016). *Diagoon Housing Delft 1967-1970*.
- Huang, H. (2020). *Fujian's Tulou: A Treasure of Chinese Traditional Civilian Residence*. Springer.
- Institute for Economics & Peace. (2024). *Ecological Threat Report 2024*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2024). *Estimativas de População Residente em Portugal 2023*.
- Kemeny, J. (2015). *Housing and Social Theory*. Routledge.
- Keswick, M. & Jencks, C. (1978). *The Chinese Garden: History, Art, and Architecture*. Academy Editions.
- Knapp, R. G. (2018). *Chinese Houses: The Architectural Heritage of a Nation*. Tuttle.
- Kohn, L. (1993). *The Taoist Experience: An Anthology*. State University of New York Press.
- Kumar, A. (2005). *Vaastu: The Art and Science of Living*. Sterling Publishers.
- Lefebvre, H. (1974). *The Production of Space*. Blackwell.
- Levitt, P. (2001). *The Transnational Villagers*. University of California Press.
- Levitt, P., & Jaworsky, B. N. (2007). Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends. *Annual Review of Sociology*, 33. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131816>
- Ludrup, J. (2012). *Feng Shui: Seeing Is Believing*. Wisdom Publications.
- Malheiros, J. & Vala, F. (2004). A problemática da segregação residencial de base étnica - questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa. *Revista de Estudos Demográficos*, 36(5), 89-110.

- Murdie, R. A. (2002). The housing careers of Polish and Somali newcomers in Toronto's rental market. *Housing Studies*, 17(3), 423-443.
<https://doi.org/10.1080/02673030220134935>
- Morgan, H. T. (2004). *Chinese Symbols and Superstitions*. Kessinger Publishing.
- Necipoglu, G. (1995). *The Topkapi Scroll: Geometry and Ornament in Islamic Architecture*. The Getty Center for the History of Art and the Humanities.
- Nivison, D. S. (1996). *The Ways of Confucianism*. Open Court Publishing.
- Oliver, P. (2006). *Built to Meet Needs: Cultural Issues in Vernacular Architecture*. Routledge.
- Phillips, D. (2006). Moving Towards Integration: The Housing of Asylum Seekers and Refugees in Britain. *Housing Studies*, 21(4), 539-553.
<https://doi.org/10.1080/02673030600709074>
- Qadeer, M. A. (2016). *Multicultural Cities: Toronto, New York, and Los Angeles*. University of Toronto Press.
- Rapoport, A. (1969). *House Form and Culture*. Prentice-Hall.
- Robinson, D., Reeve, K., & Casey, R. (2007). *The Housing Pathways of New Immigrants*. Joseph Rowntree Foundation.
- Singal, N. & Singal, B. (2015). *Vaastu Shastra: Vedic Architectural Wisdom for Modern Buildings*. Sterling Publishers.
- SEF/GEPP. (2022). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Teiser, S. F. (1988). *The Ghost Festival in Medieval China*. Princeton University Press.
- Till, J., & Schneider, T. (2005). Flexible Housing: The means to the end. *Architectural Research Quarterly*, 9(3-4), 287-296.
<http://dx.doi.org/10.1017/S1359135505000345>

- Van Kempen, R., & Bolt, G. (2009). Social cohesion, social mix, and urban policies in the Netherlands. *Journal of Housing and the Built Environment*, 24(4), 457-475.
<https://doi.org/10.1007/s10901-009-9161-1>
- Wacquant, L. (2008). *Urban outcasts: A comparative sociology of advanced marginality*. Polity Press.
- Wright, A. F. (1975). *Confucianism and Chinese Civilization*. Stanford University Press.
- Yao, X. (2000). *An Introduction to Confucianism*. Cambridge University Press.
- Zürcher, E. (2007). *The Buddhist Conquest of China: The Spread and Adaptation of Buddhism in Early Medieval China*. Brill.